

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CF(IM) DAVID MARINHO AMANCIO DOS SANTOS

MODELO MODERADOR BRASILEIRO:

A profissionalização dos militares brasileiros influenciou ou dissuadiu a implantação do modelo moderador observado no Brasil entre 1945 e 1964?

Rio de Janeiro

2021

CF(IM) DAVID MARINHO AMANCIO DOS SANTOS

MODELO MODERADOR BRASILEIRO:

A profissionalização dos militares brasileiros influenciou ou dissuadiu a implantação do modelo moderador observado no Brasil entre 1945 e 1964?

Dissertação apresentada à Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para conclusão do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores.

Orientador: CF Emilio Reis Coelho.

Escola de Guerra Naval

Rio de Janeiro

2021

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela graça imerecida e conseqüente oportunidade de realizar este trabalho, pois até aqui tens me ajudado.

A minha amada esposa Bárbara, pelo total e irrestrito apoio na condução desta árdua tarefa. Sem você, nada disso seria possível nem tampouco viável.

Aos meus filhos Gabriel e Tiago, pelo apoio e pela compreensão com minha ausência. A minha filha Mariana, pelo estímulo revigorante que sua presença futura me traz.

Aos meus pais, que serviram de inspiração e base para que eu chegasse até aqui e pudesse galgar essa honrosa carreira.

Aos amigos do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores do ano de 2021, pela ajuda diária na condução e conclusão dessa tarefa.

Ao meu orientador, Capitão de Fragata Emilio Reis Coelho, pelos prestimosos conselhos que contribuíram sobremaneira na realização da pesquisa, na estruturação e na escrituração das ideias.

Finalmente, a todos que, de alguma maneira, auxiliaram na minha formação.

RESUMO

Desde a Proclamação da República brasileira em 1889, as relações civis-militares são estudadas. Nesse importante marco histórico de nosso país, as Forças Armadas tiveram importante envolvimento, marcando o início da vida política desse seletivo grupo de profissionais que, além de se preocuparem com a segurança externa e se especializarem para tal, passaram também a dividir sua preocupação com a ordem interna e, posteriormente, com o desenvolvimento do Estado. O período abarcado principalmente em nosso estudo compreende o interregno composto entre o final da Segunda Guerra Mundial (1945) e a intervenção civil militar de 1964, dado que, nesse período, notamos a intensificação do novo modelo de relação civil-militar chamado por Alfred Stepan de modelo moderador. Esse modelo recebeu esse nome devido à similitude encontrada com o poder moderador do imperador no período monárquico. O trabalho fará uma análise histórica do papel dos militares na política brasileira. Para tanto, estudaremos brevemente os conceitos de profissão, as características do profissionalismo militar e a evolução do profissional militar desde o mercenário até o militar especializado que encontramos na atualidade. Por fim, estudaremos os antecedentes históricos ao evento que rompeu com o modelo moderador brasileiro, levando os militares a tomar e, pela primeira vez, permanecer no poder.

Palavras-chave: Relações entre civis e militares. Brasil. Modelo moderador.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	5
2 ORIENTAÇÃO TEÓRICA	9
2.1 CONCEITUAÇÃO TEÓRICA	9
2.2 A VISÃO DE SAMUEL HUNTINGTON	9
2.3 A VISÃO DE MORRIS JANOWITZ	11
2.4 A VISÃO DE ALFRED STEPAN	14
3 OS MILITARES E O ESTADO: EVOLUÇÃO HISTÓRICA	19
3.1 CONCEITO DE PROFISSÃO E PROFISSIONALISMO MILITAR.....	19
3.2 A EVOLUÇÃO DA PROFISSÃO MILITAR	21
3.3 O PAPEL DOS MILITARES NA POLÍTICA BRASILEIRA DE 1889 A 1964.....	24
4 ANTECEDENTES HISTÓRICOS AO DIA 31 DE MARÇO DE 1964	36
4.1 PRECEDENTES DA PARTICIPAÇÃO MILITAR NA POLÍTICA.....	36
4.2 A ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA E A SUA INFLUÊNCIA NOS ACONTECIMENTOS	45
5 CONCLUSÃO.....	47
REFERÊNCIAS	50
ANEXO A.....	54
ANEXO B.....	62

1 INTRODUÇÃO

A profissão militar evoluiu com o passar do tempo. No século XVI, os Exércitos europeus eram formados por oficiais mercenários, não profissionalizados, que lideravam um grupo de homens, alugando seus serviços das armas ao Estado mediante um pagamento.

Após a promulgação dos Tratados de Westfália (1648), que puseram fim à Guerra dos Trinta Anos, quando se constituíram as Monarquias absolutistas, esses Exércitos mercenários foram substituídos pelo Exército estatal, cujos oficiais eram membros da aristocracia, instituídos para dar mais segurança aos monarcas.

Entretanto, somente no final do século XIX o oficialato tornou-se uma carreira tipicamente estatal, deixando de ser formada apenas por membros da aristocracia e passando a ser integrada também por membros da burguesia.

No Brasil, o funcionamento e a atuação das Forças Armadas estão intimamente ligados a nossa história. Desde o período monárquico, notamos a participação política dos militares, a qual se tornou mais apreciável com a período republicano, no qual notamos um maior envolvimento desse seletivo grupo nas questões econômicas, sociais e políticas de nosso país, tomando por diversas vezes o poder político e assumindo-o em 31 de março de 1964.

Com fito de compreender a inter-relação entre os civis e os militares pós-Segunda Guerra Mundial, alguns autores se dispuseram a abordar esse tema. trabalho, estudaremos dois clássicos pioneiros nessa área: *O Soldado e o Estado* (1957), escrito por Samuel Huntington, e *O Soldado Profissional* (1960), escrito por Morris Janowitz; contrapondo-os com a variação prevista na obra *Os Militares na Política: as mudanças de padrões na vida brasileira* (1971), escrita por Alfred Stepan.

O momento que grangeava a publicação desses trabalhos suscitava uma crescente preocupação dos Estados Unidos da América e das potências europeias no que tange ao que fazer com seus Exércitos e suas demandas, devido à ausência de guerras externas de grande

vulto como aquelas vivenciadas até 1945.

Visto que tais países já estudavam a história militar, essa mudança no cenário internacional requereu uma nova interpretação acerca da relação entre o poder civil e o poder militar. Desta feita, foi incluído na agenda dos estudos políticos e sociológicos das Forças Armadas o tema controle civil, que, segundo Huntington (1957), é alcançado na medida em que se reduz o poder de grupos militares. Nesse contexto, o autor discorre sobre como minimizar o poder militar, chegando a duas conclusões. A primeira consiste em maximizar o poder de grupos civis sobre os militares, o que o autor intitula como controle civil subjetivo. “Na verdade, controle civil subjetivo é a única forma de controle civil possível na ausência de um corpo de oficiais profissional.” (HUNTINGTON, 1957, p.100). A outra opção dar-se-ia maximizando o profissionalismo militar por meio da militarização, o que o autor caracterizou como controle civil objetivo; isto é, transformando os militares no instrumento legítimo do uso da força do Estado.

Juntamente com o desenvolvimento da teoria do controle civil, surge, no contexto dos estudos das relações civis-militares, outro tema de igual relevância: a profissionalização militar, que os colocariam inertes em relação às questões políticas em âmbito nacional, ou seja, por serem servidores do Estado, os militares permaneceriam neutros no que tange ao partidatismo político.

O terceiro autor que estudaremos neste trabalho será Alfred Stepan. Na aludida obra, o autor propõe um ajuste aos modelos propostos anteriormente, tendo em vista que o Brasil e os demais países latino-americanos apresentam condições diferentes dos modelos pensados para os Estados Unidos da América e os países europeus ocidentais: o padrão moderador. Esse novo modelo proposto por Stepan teve o intuito de repensar as relações civis-militares para os países da América do Sul e da América Central, adaptando as teorias supracitadas às realidades políticas vigentes e à história desses países.

Contando com instituições políticas fracas e com grupos de poder e elites políticas fortes, os militares sofriam constantes tentativas de cooptação por movimentos políticos e sociais sedentos pelo poder. O autor definiu o papel dos militares da seguinte maneira:

Em tal modelo das relações entre civis e militares, estes são chamados repetidas vezes para agir como moderadores da atividade política, mas lhes é negado sistematicamente o direito de tentar dirigir quaisquer mudanças dentro do sistema político. Longe de se constituírem nos ‘construtores da nação’ ou nos ‘reformadores’, como são encarados em alguns países, no modelo moderador os militares têm uma tarefa que consiste essencialmente na atividade conservadora de manutenção do sistema. O papel dos militares, de modo geral, se restringe à deposição do chefe do executivo e à transferência do poder político para grupos civis alternativos (STEPAN, 1971, p. 50).

O propósito deste trabalho consiste em analisar a dinâmica das relações civis-militares concernentes à profissionalização militar e à sua participação política, com ênfase na variante do modelo moderador observado no Brasil entre 1945 e 1964, por meio da metodologia do estudo de caso. Para tanto, analisaremos, no segundo capítulo, as três teorias supracitadas, de modo a detalhar as visões de Samuel Huntington e Morris Janowitz e o contraponto proposto por Alfred Stepan para os países latino-americanos.

No terceiro capítulo, trataremos da evolução histórica da relação do Estado brasileiro e com os seus militares, discorrendo sobre os conceitos de profissão e profissionalismo militar. Trataremos também do aperfeiçoamento da profissão militar e do papel dos militares na política brasileira, no período compreendido entre a Proclamação da República, ocorrida em 1889, até a intervenção civil-militar de 1964.

No quarto capítulo, discorreremos sobre os antecedentes históricos ao dia 31 de março de 1964, data em que ocorreu a ruptura no modelo proposto por Alfred Stepan, com a tomada e a assunção do poder político pelos militares, no qual trataremos dos precedentes da participação militar na política e da influência da Escola Superior de Guerra na intervenção de 1964. Finalmente, apresentaremos as conclusões a respeito dessa gama de conhecimento abarcado e contextualizado para o ambiente nacional.

Ademais, para entendermos o papel das Forças Armadas brasileiras, cabe um estudo

histórico e teórico do papel dos militares, pois é impossível entender a formação do nosso Estado sem compreender essa relação tão contundente ao longo do tempo. Ressalta-se que o trabalho em comento apresenta mais dados históricos sobre o envolvimento político do Exército Brasileiro do que sobre a Marinha do Brasil e sobre a Força Aérea Brasileira.

2 ORIENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 CONCEITUAÇÃO TEÓRICA

Com vistas ao estabelecimento dos parâmetros conceituais e teóricos que abarcam o presente estudo, faz-se necessário o estudo das obras que se destacaram pela originalidade e pelo pioneirismo. Essas serão o arcabouço teórico da nossa pesquisa no que concerne à interação do profissionalismo militar com a política. Dessa maneira, apresentaremos uma síntese de dois clássicos mundiais dessa área do conhecimento: em primeiro lugar, estudaremos o modelo proposto por Samuel Huntington na obra *O Soldado e o Estado* (1957). Posteriormente, discutiremos a réplica apresentada por Morris Janowitz em sua obra *O Soldado Profissional: um estudo social e político* (1960).

Visto que as ideias de Huntington e Janowitz abarcam a base das relações civis-militares na segunda metade do século XX, sendo por vezes questionadas quanto à sua aplicabilidade em condições diferentes das propostas, abordaremos no trabalho em lide a contraposição feita por Alfred Stepan em sua obra *Os militares na Política: as mudanças de padrões na vida brasileira* (1971), devido à pertinência de suas considerações acerca da aplicação desses modelos, que foram propostos para os Estados Unidos da América e para a Europa Central, aos países latino-americanos.

2.2 A VISÃO DE SAMUEL HUNTINGTON

Samuel Huntington (1927–2008) foi um cientista político estadunidense que inovou ao propor dois conceitos – o controle civil e o profissionalismo –, que conjuntamente resolveriam o problema da predominância militar no contexto das relações civis-militares.

Dentre os seus trabalhos publicados, destacamos o livro *O Soldado e o Estado*

(1957), no qual o autor propôs uma reflexão teórica da história militar acerca da relação entre o poder civil e o poder militar. Huntington mencionou que o papel dos militares era discutido com frequência na sociedade em termos de controle civil, que ele dividiu em controle civil subjetivo apresentando as seguintes classificações: controle civil por instituição governamental, controle civil por classe social, controle civil por forma constitucional; e controle civil objetivo (HUNTINGTON, 1957). Cada uma dessas formas de deter o poder político e exercer o controle civil sobre as Forças Armadas possui um tipo específico de relação civil-militar, bem como vantagens e desvantagens. Segundo o autor, “o controle civil subjetivo é a exclusiva forma de controle civil na ausência de um corpo de oficiais profissional” (HUNTINGTON, *op. cit.*, p.100). Ressalta, ainda, que a maneira mais adequada para garantir o controle civil é a maximização do profissionalismo militar.

No sentido objetivo, controle civil é a maximização do profissionalismo militar. Mais precisamente, é aquela distribuição de poder político entre grupos militares e civis, distribuição que conduz ao aparecimento de atitudes e comportamentos profissionais entre a oficialidade. O controle civil objetivo, opõe-se diretamente a controle civil subjetivo. O controle civil subjetivo atinge seu fim ao tornar civis os militares, fazendo deles espelho do Estado. O controle civil objetivo atinge seu fim ao militarizar os militares, tornando-os instrumentos do Estado (HUNTINGTON, *op. cit.*, p. 102).

O cerne da alegação de Huntington é que “a variável decisiva para que se alcance o assim chamado controle civil objetivo é a profissionalização, ou militarização do militar” (COSTA, 2014, p. 15). Essa profissionalização afastaria os militares dos temas políticos contemporâneos, ao passo que se conferiria à estrutura militar mais autonomia na operacionalização da guerra, sua função precípua.

A profissionalização compreende o conjunto de atividades, cursos, treinamentos, que visam especializar o militar na condução da guerra, na perfeita administração e operação dos recursos de violência monopolizados pelo Estado. À primeira vista pode parecer uma obviedade assim considerar aprofissionalização militar. Entretanto, se for levada em consideração a intimidade entre as Forças Armadas e a própria formação dos Estados modernos, percebe-se claramente como o elemento central para a imposição de uma dada ordem coordenada por uma autoridade central é a aplicação da força física: muito do que se compreende como a luta dos reis para impor sua autoridade passa pelo processo de legitimação do exercício da força física por uma única instituição. As Forças Armadas, bem se vê, detém poder suficiente para encurrular a autoridade central. A profissionalização pretende resolver esse problema: como fazer com que uma instituição criada para instrumentalizar a força não se volte

contra o próprio Estado. A resposta de Huntington é a profissionalização (COSTA, 2014, p. 16).

Na medida em que ocorre a profissionalização por parte dos militares, esses estariam mais aptos a garantir a segurança no âmbito externo, entre outros valores sociais importantes para a sociedade, pelo fato de essa autonomia advir do poder civil devidamente legitimado pela lei, como demonstrado no seguinte trecho:

A literatura da área, por influência do trabalho de Samuel Huntington, (1957) privilegia a análise, busca e mensuração do controle civil objetivo sobre os militares, compreendendo-se controle civil como o grau de lealdade que o Estado, através de suas elites políticas, obtém dos militares: o Estado é legal e legitimamente reconhecido como fonte das diretrizes políticas, os militares são autônomos (a partir da direção política) nas atividades inerentes à sua profissão, bem como exclusivos no que se refere à proposição de assuntos estritamente militares, e entende-se profissionalização como o preparo para a guerra e obediência às diretrizes estatais (HUNTINGTON, 1957 *apud* COSTA, 2017, p. 46)

Apesar de a obra ter sido publicada há mais de 60 anos e necessitar de certo grau de estabilidade democrática para perfeita efetivação, Huntington conceitua a melhor relação entre o poder civil e o poder militar a partir da retirada dos militares do cenário político público e da sua formação profissional para a guerra.

É indelével a contribuição do autor na fixação de parâmetros conceituais e de demarcação de competências para o estudo das relações civis-militares, como a definição do que seria o militar propriamente dito, da citação do conceito do militar como administrador da violência, da especificação das características que distinguem os oficiais dos demais profissionais; enfim, na elaboração de conceitos e competências que serão abordados no próximo capítulo.

2.3 A VISÃO DE MORRIS JANOWITZ

Morris Janowitz (1909-1988), sociólogo estadunidense e leitor da obra original de Samuel Huntington (1957), publicou a sua obra principal, *O Soldado Profissional*, em 1960, na

qual reorganizou o campo dos estudos militares em razão da sua percepção da composição das Forças Armadas como uma burocracia estatal composta por grupos e setores distintos, que possuem especificidades e elementos característicos próprios. Destaca, também, a impossibilidade de neutralidade política proposta por Huntington, haja vista que, no seio da caserna, existem divergências análogas às existentes na sociedade. Portanto, segundo o autor, os militares não podem ser caracterizados como um grupo monolítico e acéfalo, como demonstrado no prefácio da referida obra:

A profissão militar não é um grupo monolítico de poder. Suas fileiras acham-se cindidas por uma profunda divergência relativa à sua doutrina e aos seus pontos de vista sobre relações internacionais, uma cisão que reflete desacordos civis. Pelo contrário, a profissão e a instituição militares, ajustam-se antes ao modelo de um grupo de pressão governamental mas possuidor de um forte conflito interno de interesses. É um grupo de pressão muito especial, devido aos seus imensos recursos e aos seus graves problemas de segurança nacional. As forças armadas acumularam um considerável poder, e esse poder projeta-se no emaranhado político da sociedade contemporânea. Não podia ser de outra maneira. Contudo, conquanto não relutem absolutamente em fazer pressão visando a maiores orçamentos, as forças armadas exercem sua influência nos assuntos políticos com considerável contenção e constrangimento (JANOWITZ, 1967, p.7-8).

Uma importante contribuição de Janowitz ao estudo das relações civis-militares é a busca pela originalidade das questões militares em contraposição às questões civis, ampliando, para além dos fatores políticos, essa relação, devido à importância da instituição militar, que deve ser considerada numa análise ampla de seu papel político na sociedade.

A profissão militar é mais do que uma ocupação; é todo um estilo de vida. O oficial faz parte de uma comunidade cujas exigências sobre sua existência diária transcendem seus deveres oficiais. [...] A missão fatal da guerra tem exigido que o oficial esteja preparado para abandonar sua rotina e seus compromissos pessoais de um momento para outro. Isto é óbvio e prosaico. Contudo, um pouco menos explícito é o fato de que qualquer profissão que se preocupe continuamente com a ameaça de perigo requer um forte senso de solidariedade para que possa funcionar com eficiência. A regulamentação minuciosa do estilo de vida militar tem o fim de realçar a coesão grupal, a lealdade profissional e manter o espírito marcial. Em boa medida, a doutrinação militar tem sido eficiente devido à comunidade relativamente fechada em que os militares têm vivido. (JANOWITZ, 1960, p. 175).

Na referida obra, o autor retrata as questões organizacionais concernentes aos militares, buscando um novo enfoque, de modo a contornar as adversidades que dificultam as relações dos militares com a sociedade. A compreensão das particularidades que afetam as

Forças Armadas tornou-se imprescindível na demarcação das formas e dos tipos das relações civis e militares de determinada sociedade. A transformação comportamental dos indivíduos dar-se-á por um agrupamento de atividades que constroem conjunto sinérgico de lealdades e assistência.

Quando refletimos sobre essas relações, devemos ampliar o campo de estudo para além das questões políticas que afetam a caserna, considerando também o caráter institucional que inspira e norteia o comportamento da organização.

Morris Janowitz (1960) reforça que, além das características que garantem a especialidade do oficial militar, as Forças Armadas só conseguem existir e coexistir com a sociedade civil, se reservarem os preceitos da hierarquia, disciplina e obediência. Esses três elementos garantiriam, segundo o autor, a institucionalidade das Forças Armadas, pois faria com que a correlação de forças fosse equilibrada, uma vez que os civis não possuem acesso às armas (GARCIA, 2018, p. 8).

Visando ao bom funcionamento e ao desenvolvimento das Forças Armadas, aplicando o conceito que Max Weber definiu como “monopólio do uso legítimo da força física”¹, a profissionalização militar tornar-se-á mais efetiva na medida em que se observar o aumento proporcional da hierarquia, da disciplina e da obediência dos militares aos civis. Essa correlação de Janowitz pode ser entendida como um salto no aprimoramento do estudo das relações civis-militares.

Janowitz notou que, na segunda metade do século XX, houve um relativo incremento na influência militar em alguns setores do governo e, conseqüentemente, na política dos Estados Unidos da América, em razão da ampliação das habilidades de negociação e persuasão desempenhadas pelos altos escalões militares.

Outro ponto de discordância entre Janowitz e Huntington remete-se ao fato de aquele afirmar que os militares, no futuro, deverão estar preparados para outras funções além da guerra, como, por exemplo, atuar no equilíbrio das relações internacionais. Por essa razão,

¹ Nas palavras de Weber, “o quadro administrativo do Estado reivindica com êxito o monopólio legítimo da coação física para realizar as ordens vigentes” (WEBER, 1991, p.33 *apud* DIAS, 2013, p.39).

o autor considera mais adequado o uso do termo forças policiais ao termo forças militares.

Contudo, a profissão militar exige também um novo conjunto de autoconcepções. O uso da força nas relações internacionais foi alterado de tal maneira que parece apropriado falarmos antes de forças policiais que militares. A concepção policial oferece uma continuidade com as experiências e tradições militares do passado, mas supre também uma base para a adaptação radical da profissão. O estabelecimento militar transforma-se numa força policial quando está continuamente preparado para agir, comprometido ao uso mínimo da força, e procura relações internacionais viáveis, e não a vitória, por haver incorporado uma atitude militar protetora (JANOWITZ, 1960, p.400).

Segundo Janowitz, os militares seriam usados em circunstâncias bem delineadas, vinculando-os à sociedade que devem proteger. Para ele, essa aptidão civil-militar evoluiu historicamente nas sociedades, tornando-se uma tendência irreversível no meio militar. Dessa maneira, segundo o autor, “[a] educação político-militar não pode ser retardada até o meio da carreira de um oficial, quando ele ingressa na escola de guerra. Sua educação em assuntos políticos-militares deveria começar na academia militar [...]” (JANOWITZ, 1960, p.407). Apesar de divergirem em certos contextos, a obra de Janowitz não anulou a obra de Huntington, porquanto este apresenta uma visão política enquanto aquele expõe uma visão político-sociológica.

2.4 A VISÃO DE ALFRED STEPAN

Alfred Stepan (1936-2017), cientista político e professor universitário, foi um estudioso dos movimentos políticos do século XX. Nesse contexto, as relações civis-militares destacaram-se entre as suas pesquisas, que culminaram, em 1971, na publicação de seu livro *Os Militares na Política: as mudanças de padrões na vida política brasileira*, tendo o seu manuscrito sido apreciado de igual maneira pelo professor Morris Janowitz (STEPAN, 1971, p.7).

Stepan inovou ao expor uma adaptação dos modelos clássicos das relações civis-militares que servem como descrição da maneira como os militares são controlados pelos

grupos políticos civis.

Um aspecto fundamental do relacionamento civil-militar é a tensão potencial que se manifesta diante da dupla necessidade dos governantes políticos civis: de um lado, manter uma força armada como instrumento da política e da ordem interna e, de outro, garantir que o poder militar não usurpe o poder político. Esta tensão tem sido resolvida de modo diferente em diferentes países (STEPAN, *op. cit.*, p. 46).

A proposição feita pelo autor apresenta um novo padrão, que contemplou a relação civil-militar brasileira e latino-americana, contrapondo-se aos modelos propostos por seus predecessores, que foram pensados de modo a considerar as realidades europeia ocidental e estadunidense. Esse novo modelo proposto considerou a história e a trajetória política dos países analisados.

Segundo o autor, existiam na literatura vários modelos de relacionamento civil-militar. Entretanto, ele resumiu em “quatro modelos distintos ou tipos ideais do relacionamento civil-militar: o aristocrático, o liberal, o comunista e o profissional.” (STEPAN, *op. cit.*, p.46).

O modelo aristocrata foi o que historicamente apresentou maior êxito, em razão da congruência dos valores sociais e dos interesses materiais apresentados pelas elites políticas e militares numa sociedade aristocrata. Os oficiais provinham da aristocracia e definiam-se em primeiro lugar como aristocratas, conservando o seu prestígio e a sua riqueza por meio do apoio à forma de governo vigente.

Devido à industrialização, inicia-se a deterioração da aristocracia, o que conseqüentemente culmina no desgaste do modelo aristocrata. Além disso, é importante ressaltar que, durante o século XX, nenhum país da América Latina preenchia as condições desse modelo, porque a oficialidade era formada, predominantemente, por indivíduos da classe média e possuía certo grau de profissionalização, o que gerava certo nível de tensão em relação aos grupos políticos civis (STEPAN, 1971).

No modelo liberal, as elites políticas procuraram reduzir o papel dos militares na esfera política, procurando torná-los apolíticos. Ocorre uma redução no Exército permanente,

que é rapidamente desmobilizado após uma guerra. São criadas forças militares de compensação, uma espécie de milícia, para atuarem como freio ao Exército. Verificamos como condição necessária para que esse padrão pudesse ser estabelecido que o Estado possuísse instituições civis fortes, o que exigiria um esforço contumaz dos protagonistas políticos para manter os militares ausentes da política. No entanto, esse padrão não se mostrou viável no caso brasileiro, visto que a ausência dessa solidez institucional ocasionou reiterada tentativa de cooptação dos militares, usando-os como sustentáculo de objetivos políticos. Foram citados como exemplos de modelo liberal os Estados Unidos da América no século XX e a Suíça (STEPAN, 1971).

Analisando o modelo comunista, Stepan verificou o abandono do ideal liberal do militar apolítico. A integração entre os militares e a sociedade se dá mediante uma doutrinação política constante, por meio da participação de oficiais, principalmente, os de patentes mais elevadas, nos partidos comunistas, contribuindo ativamente para as decisões políticas. Dessa maneira,

[...] consegue-se essa integração 'através da politização do soldado profissional, que não mais é tratado como um expert, mas age também como membro do partido comunista e através deste participa das decisões políticas, não como soldado, mas como cidadão politicamente ativo' (WIATR, 1968, p. 238 *apud* STEPAN, 1971, p. 47).

Finalmente, o autor apresenta o modelo profissional, que, similar ao comunista, tem como objetivo final dos políticos a manutenção de uma força militar sob o controle do governo civil. Stepan depreendeu que a sua concepção sobre o profissionalismo aproximou-se da apresentada por Samuel Huntington, na medida em que este enfatizou que:

Consegue-se o controle civil 'não porque os grupos militares partilham valores sociais e ideologias políticas da sociedade, mas porque são indiferentes a tais valores e a tais ideologias. Os líderes militares obedecem ao governo não porque concordem com suas políticas, mas simplesmente porque é sua obrigação obedecer' (HUNTINGTON, 1956, p.381 *apud* STEPAN, 1971, p. 48).

Tendo apresentado os modelos supracitados, Stepan propôs um novo modelo de

pensamento das relações civis-militares, o qual denominou de padrão moderador². A releitura do poder moderador do período imperial brasileiro foi uma interpretação dada pelo autor em razão da fraqueza demonstrada pelas instituições políticas de um lado e do contraponto do poder exercido pelos grupos políticos do outro, que buscavam cooptar os militares visando a integrá-los a movimentos de cunho político e social. Dado que os partidos políticos eram fragmentados e que a elite política desejava a manutenção da ordem interna, além de conter o chefe do poder Executivo e de frear a ascensão política de novos grupos, essa elite, convenientemente, concedia, sob certas condições, um limitado grau de legitimidade aos militares para desempenharem tais funções específicas.

Em tal modelo de relações entre civis e militares, estes são chamados repetidas vezes para agir como moderadores da atividade política, mas lhes é negado sistematicamente o direito de tentar dirigir quaisquer mudança dentro do sistema político. Longe de se constituírem nos ‘construtores da nação’ ou nos ‘reformadores’, como são encarados em alguns países, no modelo moderador os militares tem uma tarefa que consiste essencialmente na atividade conservadora de manutenção do sistema. O papel dos militares, de modo geral, se restringe à deposição do chefe do executivo, e à transferência do poder político para grupos alternativos civis (STEPAN, 1971, p.50).

Esse padrão moderador no Brasil foi observado principalmente entre 1945 e 1964, podendo ser estendido a outros momentos, como na própria Proclamação da República brasileira (1889). Entretanto, o cenário mudou em 1964, quando os militares assumiram efetivamente as funções de dirigente do sistema político, divergindo assim do padrão moderador, que era definido por intervenções momentâneas.

Nesse contexto, “a perspectiva de Coelho (2000) apresenta as Forças Armadas como uma organização que enxerga a si mesma como detentora do poder de excepcionalidade constitucional e instituição adequada para disciplinar a caótica sociedade brasileira” (COELHO, 2000 *apud* COSTA, 2013, p.47).

A relevância do termo moderador evidencia a probabilidade do estabelecimento de

² “O termo poder moderador tem um sentido específico para o Brasil, onde, durante a monarquia, o imperador detinha a faculdade constitucional de intervir no conflito político, em épocas de impasse institucional.” (STEPAN, 1971, p.52).

um grupo político importante, as Forças Armadas, que passariam a dispor de um direcionamento doutrinário, com certo grau de ingerência política e social, capaz de manter a estabilidade política do Estado.

3 OS MILITARES E O ESTADO: EVOLUÇÃO HISTÓRICA

O combate apresenta-se na história desde os tempos mais remotos, sendo noticiado já no primeiro livro da Bíblia Sagrada, o Livro de Gênesis³. Entretanto, a profissão militar como vista na atualidade adveio da sociedade moderna. Neste capítulo, estudar-se-á a evolução do profissional militar, iniciando-se pelos mercenários, passando aos aristocratas, chegando finalmente aos profissionais da guerra. A parte final será destinada a um breve resumo acerca do papel dos militares brasileiros do fim da Monarquia (1889) até a intervenção civil-militar de 1964.

3.1 CONCEITO DE PROFISSÃO E PROFISSIONALISMO MILITAR

Antes de discorrermos sobre a profissionalização militar, que é um dos objetivos secundários deste capítulo, faremos uma breve explanação sobre os conceitos de profissão e, mais especificamente, de profissão militar, à luz do que foi esclarecido por Samuel Huntington em sua obra *O Soldado e o Estado* (1957).

Huntington conceituou o termo profissão como a atuação de um grupo específico com características altamente especializadas (HUNTINGTON, 1957). Tal conceito não dispunha, à época, de um consenso literário, como mencionado pelo autor nas referências desse livro, quando menciona um artigo de Morris L. Cogan, de 1955, intitulado *The problem of defining a profession*⁴. Com vistas à definição do conceito de profissão, o autor definiu três características que a envolvem: a especificação, a responsabilidade e o corporativismo.

A especialização é um conhecimento especializado que o profissional adquire por meio do estudo e da experiência, fruto de sua dedicação na área em comento. Segundo o autor,

³ Cf. BÍBLIA SAGRADA, 2012, p.25.

⁴ “O problema de definir uma profissão” (Tradução nossa).

ela “é a base de padrões objetivos de competência profissional, que separa profissionais de leigos e que mede a relativa capacidade de membros de uma profissão.” (HUNTINGTON, 1957, p.26). Na obra é salientada, ainda, a importância de instituições educacionais para a transmissão do conhecimento e das habilidades requeridas para o bom desempenho dessa honrosa profissão.

Uma simples divisão entre os oficiais da Marinha, do Exército e da Força Aérea já suscita diferenças nas especialidades requeridas em razão das diferentes funções exercidas no seio das Forças Armadas. Todavia, uma competência exclusiva conferida a todos os oficiais, independentemente da Força Armada em que estes atuem, é a “administração da violência”⁵, conforme artigo publicado por Harold Lasswell em 1941.

No que se refere à responsabilidade, Huntington foi categórico ao afirmar que, individual ou coletivamente, a sociedade é o cliente de toda profissão. Asseverou também que, quando demandado pela sociedade, o profissional é responsável pela prestação de seus serviços, em razão de possuir o monopólio de suas atividades, que foram desenvolvidas por causa de sua especialização. Ademais, explanou que a motivação profissional adviria de sua responsabilidade em servir e dedicar-se à sua especialidade (HUNTINGTON, 1957).

No tocante à responsabilidade do oficial, a sua função precípua é a manutenção da segurança militar da sociedade. Para tanto, o Estado detém para si a monopolização de sua profissão. O autor salienta que “o cumprimento da responsabilidade exige domínio da especialização; o domínio da especialização impõe aceitação da responsabilidade” (HUNTINGTON, 1957, p.33).

A última característica mencionada pelo autor é o corporativismo. Nesse contexto, foi enfatizado o sentimento de coesão ou unidade que define os profissionais como um grupo,

⁵ O sociólogo e cientista político Harold Lasswell publicou o artigo intitulado *Estado Guarnição (Garrison State)* no periódico *American Journal of Sociology*, no qual assevera que, na medida em que o Estado enfrentasse ameaças externas, necessitaria de especialistas que administrassem a violência, resultando num Estado Guarnição em que a liberdade individual seria sacrificada no altar da preparação militar (LASSWELL, 1941).

diferindo-os dos demais. Essa coletividade seria oriunda da dedicação e do treinamento, variáveis inseparáveis na busca pela competência profissional, aliadas à sua dedicação e à propensão a servir, atributos de sua responsabilidade social.

Ao mesmo tempo em que definimos o oficialato como uma profissão, este também é definido como uma organização burocrática, haja vista que o Estado é o detentor do monopólio de sua utilização. O ingresso nesse grupo, costumeiramente, se dá pelos postos iniciais da carreira, em que os níveis de especialização são menores aos comparados com os níveis hierárquicos mais elevados, que são galgados por indicação do próprio grupo, mediante critérios estabelecidos por quem detém a exclusividade de seu emprego.

3.2 A EVOLUÇÃO DA PROFISSÃO MILITAR

Antes do século XIX, Exércitos e Marinhas já eram comandados por oficiais. Entretanto, esses oficiais em nada se equivalem aos da atualidade, pois eram, em primeiro lugar, mercenários e, posteriormente, aristocratas. Para os primeiros, o oficialato representava uma transação de negócios, como podemos depreender do trecho extraído do livro de Samuel Huntington:

O oficial mercenário era o tipo predominante desde os primórdios do feudalismo até fins do século XVII. Suas origens remontavam às companhias livres que floresceram durante a Guerra dos Cem Anos (1337-1453). Sob o sistema mercenário, o oficial era, em essência, um empresário que organizava uma companhia de homens cujos serviços ele punha à venda[...]. O sucesso, entretanto, era medido não por padrões profissionais, mas por padrões pecuniários (HUNTINGTON, 1957, p.39).

Esse sistema mercenário findou-se com a Guerra dos Trinta Anos (1618-1648)⁶,

⁶ Para alguns autores, mais do que uma guerra, foi uma crise geral que marcou o século XVII como um século de estagnação ou até mesmo de crescimento demográfico e econômico, discutindo-se apenas se a guerra teria sido uma das causas ou a maior consequência dessa situação de declínio e decadência gerais. Como consequência do término da guerra, estabeleceu-se não só um novo equilíbrio de poder, mas uma nova regra do jogo das relações internacionais. Por isso, os Tratados de Westfália, cuja assinatura em 1648 encerrou a Guerra dos Trinta Anos, são vistos como o marco na construção da ordem europeia moderna em que a “razão de Estado” sobrepõe-se aos princípios religiosos medievais da soberania universal do Papado, que haviam sido a base das grandes Monarquias nacionais (CARNEIRO, 2006, pp.164-165).

resultado do estabelecimento das Monarquias nacionais, que dependiam de forças armadas permanentes para fortalecer os seus regimes políticos e garantir a proteção de seus territórios. Nesse contexto, surge o oficial aristocrata, que tem a sua motivação baseada num misto de aventura e honra (HUNTINGTON, *op. cit.*). Essa evolução na constituição das Forças Armadas não necessariamente modificou a qualificação da tropa, somente o seu vínculo com o monarca, como demonstrado a seguir:

As fileiras dessas forças consistiam, normalmente, de voluntariado mobilizado por prazo de oito a doze anos e arrebanhado das piores camadas da sociedade através de um misto de suborno e coerção. Quanto aos oficiais, os monarcas se voltavam para a nobreza feudal que eles ainda estavam submetidos à sua vontade. Os nobres eram compelidos (como na Prússia) ou subornados (como na França) a ingressar no serviço do rei (HUNTINGTON, 1957, pp.39-40).

Como visto anteriormente, esses oficiais aristocratas do século XVIII não eram escolhidos pela proficiência no desempenho da função militar, mas pelas origens e influências políticas. Aliava-se a isso a inexistência de instituições que aprimorassem os conhecimentos e as habilidades técnicas desses profissionais.

As reformas promovidas pela Comissão Militar Prussiana, tais como a exigência de educação geral e especial para ingresso nas Forças Armadas, o estabelecimento de instituições de ensino militar superior, as promoções dos militares por merecimento e o sistema aprimorado e eficiente de Estado-Maior marcaram o verdadeiro início da profissionalização militar.

Com Exércitos maiores e mais diversificados, requereu-se mais profissionalização de seus militares. Fruto desse crescimento, surgiram no Exército e na Marinha uma gama maior de especialidades, contrapondo-se às especialidades básicas observadas nos guerreiros medievais. Oriunda dessas instituições que se tornavam cada vez mais complexas, vislumbrou-se a necessidade de um profissional que coordenasse e empregasse todo o contingente na direção do objetivo definido, sobressaltando, então, a função do oficial moderno ou profissional.

A Prússia se reorganizou após a derrota vexatória para as tropas napoleônicas no

início do século XIX. Como não tinham no comando de suas tropas um gênio, como possuíam os franceses, tampouco a sua oficialidade contava com marechais talentosos, coube aos prussianos arquitetarem o seu crescimento com base no treinamento, na organização e no cumprimento de objetivos bem definidos. Destarte, “a Prússia profissionalizou seus oficiais e adota a conscrição de praças.” (HUNTINGTON, 1957, p.56).

Outro fator que merece destaque na profissionalização dos militares prussianos foi a ascensão dos ideais democráticos, que fez com que os oficiais, que outrora eram escolhidos pelos títulos de nobreza, passassem a ser escolhidos por critérios mais objetivos – uma espécie de processo seletivo – dentre os habitantes do Estado. “Foi básico para o profissionalismo prussiano a aceitação do rei como senhor supremo da guerra e única autoridade para assuntos militares.” (HUNTINGTON, 1957, p.54). Esse binômio, unificação de poder e profissionalização do Exército, não foi copiado pelas demais potências europeias, que somente adotaram tais práticas após a contemplação dos méritos germânicos.

Além do pioneirismo na profissionalização da oficialidade que introduziu liderança nos “Exércitos de massa”, também conhecidos como “Exércitos de cidadão”, os prussianos inovaram também com a introdução do serviço militar obrigatório⁷ (HUNTINGTON, 1957).

Outro pilar da profissionalização da oficialidade prussiana foi a fundação da *Kriegsakademie*⁸, em 1810, em Berlim. Tal instituição era a universidade militar responsável pelos altos estudos da ciência da guerra, permanecendo durante muito tempo como única na Europa (HUNTINGTON, 1957).

Ainda no que diz respeito à reformulação do Exército, cabe destaque à reorganização do seu Estado-Maior Geral, ocorrida em 1803, consequência dos memorandos escritos pelo coronel von Massenbach.

⁷ A Lei de 3 de setembro de 1814 obrigava todos os súditos prussianos a servirem por cinco anos no Exército (três no serviço ativo e dois na reserva) e quatorze anos na milícia ou *Landwehr* (HUNTINGTON, 1957, p.56).

⁸ “Academia da Guerra” (Tradução nossa).

Por todo o decorrer do século XIX, o Estado-Maior Geral continuou sendo o baluarte organizacional do profissionalismo prussiano. Nas primeiras décadas, teve que lutar por posição e reconhecimento contra o ministério da Guerra e o Gabinete Militar, que costumavam ser o centro da reação aristocrática. No entanto, sob a liderança de von Moltke, que se tornou seu chefe em 1857, o Estado-Maior Geral rapidamente adquiriu proeminência. [...] De 1860 em diante, o serviço no Estado-Maior Geral passou a ser o cargo mais ambicionado do Exército alemão. A listra em vermelho-vinho nas calças compridas dos oficiais do Estado-Maior Geral transformou-se no símbolo de uma nova elite dentre a oficialidade, a nata da profissão, significando os padrões mais altos de conhecimento, competência e dedicação ao serviço (HUNTINGTON, *op. cit.*, p.69).

Como ápice dessa profissionalização, Samuel Huntington destaca a obra *Von Kriege*, escrita por Karl Von Clausewitz quando era diretor da Academia da Guerra e publicada postumamente em 1831. Clausewitz é considerado o pensador militar mais importante da sociedade ocidental (HUNTINGTON, *op. cit.*). Entretanto, tal obra não será objeto de estudo neste trabalho, uma vez que o estudo em lide versa sobre a dicotomia profissionalismo militar e ingerência militar na política brasileira entre 1945 e 1964.

3.3 O PAPEL DOS MILITARES NA POLÍTICA BRASILEIRA DE 1889 A 1964

A análise da função e da trajetória dos militares na política nos auxilia numa percepção mais ampla e esclarecedora no contexto desse processo histórico e não apenas do resultado de eventos pontuais e contemporâneos. Essa correlação entre política, Forças Armadas e sociedade forjou o papel desse grupo na política de defesa brasileira, tanto no âmbito interno quanto no âmbito externo.

A pesquisa histórica é primordial, porque, a partir dela, verificamos o comportamento do grupo político detentor do poder ao exercer o controle sobre os militares. A partir do Brasil Império, período em que a nossa Constituição definia as Forças Armadas como “essencialmente obediente e que somente poderia se reunir quando determinado pela autoridade legítima”⁹, verificamos o controle do Poder Executivo e do Poder Legislativo mais

⁹ “A força militar é essencialmente obediente; jamais se poderá unir sem que lhe seja ordenado pela Autoridade

efetivo sobre os militares. Segundo José Murilo de Carvalho (2006), o Poder Legislativo exercia o controle sobre o orçamento e o estabelecimento do contingente, permanecendo a cargo dos militares a direção de suas Forças.

Entretanto, independentemente do nível de controle observado à época, este não foi suficiente para impedir a ação dos militares nesse importante fato histórico brasileiro, como podemos apreender da leitura do seguinte trecho:

O golpe de 1889 — ou a ‘Proclamação da República’, como passou à história — foi um momento-chave no surgimento dos militares como protagonistas no cenário político brasileiro. [...] O golpe republicano foi militar, em sua organização e execução (CASTRO, 2000, p.6).

Assim, a Proclamação da República, ocorrida em 15 de novembro de 1889, marcou o início da atuação dos militares na política brasileira. Depreendemos que, a partir desse momento, não apenas as particularidades intrínsecas das Forças Armadas e do seu grau de envolvimento político modificaram a história de nosso país ao longo dos anos.

Encerrado o período monárquico, foram alteradas as funções das Forças Armadas, bem como os instrumentos usados para seu controle e suas ações, resultado da mudança do regime político. Importante salientar que essa mudança ocorreu por meio de um levante militar a favor da República. Tal marco histórico acarretou mudanças no papel dos militares na política, haja vista ter-lhes proporcionado mais envolvimento político devido à maior participação destes no poder, pois “praticamente ausentes do Congresso ao final da Monarquia, os militares compunham quase 20% do primeiro Congresso Republicano” (CARVALHO, 2006, p.55). Além de proporcionar os militares participação efetiva nas decisões políticas, tais mudanças também institucionalizaram a sua forma jurídica, tendo em vista que as Forças Armadas foram definidas como “instituições nacionais permanentes, destinadas à defesa da Pátria no exterior e a manutenção das leis no interior”¹⁰.

legítima [*sic*].” (BRASIL, 1824, art. 147).

¹⁰ “As forças de terra e mar são instituições nacionais permanentes, destinadas à defesa da Pátria no exterior e à manutenção das leis no interior.” (BRASIL, 1891, art.14).

Excetuada a Constituição de 1937¹¹, notamos uma tendência de suavização do termo “essencialmente obediente” utilizada na 1ª Carta Magna, com o acréscimo da sentença “dentro dos limites da lei”, que foi incluído no texto das Constituições de 1891¹², 1934¹³ e 1946¹⁴. Essa sutil, porém, profunda, alteração do texto constitucional demonstrou uma mudança de paradigma acerca das atribuições necessárias e apropriadas exercidas pelos militares no sistema político, dando-lhes legitimidade para sustentar as instituições constitucionais. Dessa feita, com a Proclamação da República, os militares tornaram-se uma instituição nacional permanente, à qual compete, dentre as suas tarefas básicas, a manutenção da lei e da ordem e a garantia dos poderes constitucionais. Mesmo que subordinados diretamente ao Poder Executivo, a obediência devida pelos militares somente “dentro dos limites da lei” adicionou um indefinido limite, conforme demonstrado por Alfred Stepan (1971):

As constituições adotadas em 1891, 1934 e 1946 eram praticamente idênticas nas duas principais conclusões sobre o papel militar na política brasileira. Este papel foi estabelecido em duas cláusulas básicas. A primeira afirmava que os militares constituíam uma instituição nacional, permanente, encarregada especificamente da tarefa de manter a lei e a ordem no país e garantir a continuidade do funcionamento normal dos três poderes constitucionais: o executivo, o legislativo e o judiciário. Na segunda cláusula estipulava a obediência dos militares ao executivo, mas afirmando, significativamente, que deveriam obedecer somente ‘dentro dos limites da lei’. Com efeito, isto autorizava-os a prestar uma obediência apenas discricionária ao presidente, uma vez que ela dependia de sua decisão sobre a legalidade da ordem presidencial. [...] A obrigação constitucional dos militares de garantir o funcionamento adequado do executivo, legislativo e judiciário e o equilíbrio entre eles, significou que, em qualquer atrito entre o presidente e o legislativo, os civis apelaram aos militares para que cumprissem sua obrigação constitucional de defender as prerrogativas ao Congresso (STEPAN, 1971, p.59).

Assim, verificamos que, na República Velha, as Forças Armadas obtiveram maior notoriedade política, principalmente no que tange aos assuntos propriamente militares. Todavia,

¹¹ “As forças armadas são instituições nacionais permanentes, organizadas sobre a base da disciplina hierárquica e da fiel observância à autoridade do presidente da República.” (BRASIL, 1937, art. 161).

¹² “A força armada é essencialmente obediente, dentro dos limites da lei, aos seus superiores hierárquicos e obrigada a sustentar as instituições constitucionais.” (BRASIL, 1891, art. 14, parágrafo único).

¹³ “As forças armadas são instituições nacionais permanentes, e, dentro da lei, essencialmente obedientes aos seus superiores hierárquicos. Destinam-se a defender a Pátria e garantir os Poderes constitucionais, e, ordem e a lei.” (BRASIL, 1934, art. 162).

¹⁴ “As forças armadas, constituídas essencialmente pelo Exército, Marinha e Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do presidente da República e dentro dos limites da lei.” (BRASIL, 1946, art. 176).

foi na Segunda República que o papel dos militares se consolidou, como podemos identificar a seguir:

Com a inauguração da Segunda República, em outubro de 1930, as Forças Armadas, particularmente o Exército, se viram instaladas no centro do poder nacional de maneira muito mais decisiva do que no início da Primeira. O conflito entre os estados mais poderosos e a derrota do mais poderoso deles, São Paulo, abriram espaços para que o setor militar da burocracia estatal conquistasse afinal a parcela de poder que não conseguiria na última década do século XIX e pela qual lutaria, às vezes de armas em mão ao longo do regime que acabaria de cair (CARVALHO, 2006, p. 62).

Segundo José Murilo de Carvalho (2006), o início da década de 1930 marcou o projeto das Forças Armadas como instrumento de ordem, no qual se destacou o futuro general Goes Monteiro, cuja doutrina foi estruturada e baseada numa maior homogeneização política por parte dos militares, com vistas à atuação destes como centro do poder político de forma mais atuante. O Estado Novo¹⁵ (1937-1945) concretizou os planos de Goes Monteiro, pois conjuntamente à repressão ocorrida neste período mais autocrático reduziram-se os debates políticos no âmbito da sociedade e, conseqüentemente, no âmbito da caserna, florescendo também uma espécie de amparo militar sobre forças civis políticas.

A fragmentação interna nas Forças Armadas, segundo Goes Monteiro, era profunda, porque eram sentidas em duas direções: uma entre oficiais e praças, que era estrutural, porque dividia a Marinha e o Exército horizontalmente, resultado do próprio modelo militar adotado pelos Exércitos ocidentais; e a outra era vertical, pois colocava, de um lado, os intervencionistas reformistas e, do outro, os neutralistas, que em sua maioria eram tidos como conservadores, porque pautavam-se nos ensinamentos da Missão Militar Francesa¹⁶ e, em menor escala, do profissionalismo alemão. Esta última era também conhecida como ideológica,

¹⁵ Estado Novo, em 1937 – golpe de Estado perpetrado pelo próprio governante, com amplo apoio da liderança militar, contra o sistema democrático vigente, que resultou na instauração de uma ditadura civil (PINTO, 2019, p.198).

¹⁶ Missão contratada em setembro de 1919 pelo governo brasileiro para auxiliar na instrução e modernização do Exército. [...] Os termos do contrato estipulavam que oficiais franceses comandariam durante quatro anos as escolas de Estado-Maior (EEM), de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO), de Intendência e Veterinária; e que o Brasil se comprometia a privilegiar a indústria francesa em suas compras de armas e equipamentos militares com a condição de que o material oferecido, o prazo de entrega e os preços fossem no mínimo equivalentes aos de outros países fornecedores (ARAÚJO, [s.d.]).

uma vez que dividia principalmente a oficialidade acerca dos modelos de relação entre a política e a instituição. Dessa interação surgiu uma terceira via, denominada pelo autor de “intervencionismo controlador”, fruto da aliança dos intervencionistas com os profissionalizantes, no qual pregava-se o intervencionismo com mudança em seus métodos (CARVALHO, 2006).

Esse fortalecimento dos militares na política brasileira só se deu em razão do grande esforço no combate à fragmentação do Exército, do robustecimento da hierarquia e do aumento do poder da instituição tanto em efetivo, quanto em armamento e treinamento, conforme verificado no trecho a seguir:

A abertura da sociedade ao Exército, o fechamento da organização, a formação de um grupo hegemônico de oficiais, constituíam parte da estratégia de fortalecimento da corporação militar para consolidar e ampliar a posição de poder que conquistara dentro do Estado (CARVALHO, 2006, p.87).

De acordo com José Murilo de Carvalho (2006), em relação às interações da instituição com a sociedade, iniciou-se um processo no qual foi tentado um aumento da influência das prerrogativas militares na sociedade por intermédio de uma aceleração do processo de recrutamento, com vistas a atingir mais camadas da população. Ao passo que se devolvia à sociedade cidadãos doutrinados pela via do serviço militar, estendido a uma parcela maior da população, aumentou-se a capacidade de influência dos militares na sociedade civil.

Iniciada com a Revolução de 1930 e intensificada com a implementação do Estado Novo, ocorre uma reorganização do sistema de dominação política vigente à época aliado com o projeto de desenvolvimento nacional, ambos postos em prática pelo então presidente da República, Getúlio Vargas, juntamente com os militares, que se consolidaram como atores políticos relevantes, ocupando posições na administração civil. Esse plano de reformas foi apresentado pelo presidente Getúlio Vargas, em 1937, e tutelado pelas Forças Armadas.

O plano punha ênfase na defesa interna e externa, no fortalecimento das Forças Armadas, no desenvolvimento econômico, na promoção das indústrias de base, na exportação. Mesmo dando o devido desconto para a retórica, não há como negar que

por trás do autoritarismo do regime, e em parte como justificativa deste autoritarismo, havia um projeto de desenvolvimento nacional sob a liderança do Estado e com apoio das Forças Armadas. A participação militar no esforço tornara-se mais fácil pelo fato de que oficiais tinham passado, desde 1930, a ocupar posições na administração civil (CARVALHO, 2006: p.110).

Cabe ressaltar que a entrada brasileira ao lado dos Aliados na Segunda Guerra Mundial trouxe uma série de vantagens aos militares no que diz respeito ao seu reaparelhamento e ao seu treinamento. Tal apoio brasileiro dado aos Estados Unidos da América no conflito foi bem explorado por Getúlio Vargas: o Exército recebeu armamentos e suprimentos bem abaixo do preço de custo, bem como seus oficiais fizeram estágios nas escolas militares estadunidenses, além de receberem oficiais que deram instrução sobre os novos equipamentos.

A Marinha recebeu instrução técnica dada pela Quarta Esquadra Americana e novos equipamentos; por sua vez, a Força Aérea Brasileira, criada em 20 de janeiro de 1941, foi modernizada e recebeu mais de 300 aviões de instrução entre os anos de 1942 e 1944, por meio da *Lend Lease Bill*¹⁷, e a formação de seus pilotos foi feita parte nas escolas militares estadunidenses, parte em centros de preparação no Brasil (CERVO; BUENO, 2012). Esse reaparelhamento das Forças Armadas Brasileiras perdurou mesmo após a Segunda Guerra, em razão dos novos acordos firmados entre os dois países e da compra de excedentes da Guerra.

No momento em que se vislumbrava a vitória dos Aliados, ocorre concomitantemente a deterioração da relação de Getúlio Vargas com os militares, em razão da aproximação do presidente e com os sindicatos no fim do Estado Novo. Com a intenção de expandir as suas bases de apoio, que anteriormente contavam com os militares que o ajudaram em 1930 e o sustentaram em 1937, o presidente tentou incorporar esses novos setores da sociedade, atingindo o seu ápice com a proposta de uma assembleia constituinte, a qual recebeu apoio do Partido Comunista do Brasil (PCB). Tal imagem de Getúlio como o “pai dos pobres” foi cuidadosamente construída, tendo em vista que se tornava cada vez mais previsível a vitória

¹⁷ “Lei de Empréstimos e Arrendamento” (Tradução nossa).

dos Aliados e, conseqüentemente, insustentável a sua permanência no poder com um regime não democrático (CARVALHO, 2006).

Segundo José Murilo de Carvalho (2006), o receio de que a nova política trabalhista de Vargas, calcada no “estilo peronista”¹⁸ adotado na Argentina desde 1943, aliado ao receio de que ele tentasse permanecer no poder, com base em seu apoio popular, meticulosamente fabricado, levaram à sua deposição, num ato conjuntamente planejado pelas três Forças Armadas em outubro de 1945.

A partir de então, consolida-se um padrão da ação militar na política, aos moldes daquele apresentado anteriormente, estabelecendo-se mais claramente no período compreendido entre o fim do Estado Novo e a intervenção militar de 1964. Nesse interregno, observa-se o “padrão moderador” teorizado por Alfred Stepan (1971), que foi abordado no capítulo anterior. Esse período foi marcado pela abertura política e pela retomada dessa discussão pela sociedade. Nesse contexto, os militares não conseguiram ser manter incólumes aos debates, acirrando novamente a dissidência acerca do tema na caserna, com a apresentação da candidatura de Vargas à eleição de 1950.

De acordo com Stepan (1971), nesse período existia em nosso país um ambiente propício à implementação de um controle civil objetivo, que, como visto no capítulo anterior, é a melhor forma de manter os militares longe da política. Entretanto, segundo o autor, existiam no Brasil os principais componentes para o estabelecimento do padrão moderador, quais sejam:

(i) os atores políticos principais buscavam a cooptação dos militares, mantendo-os politizados;

¹⁸ Juan Domingo Perón nasceu no dia 8 de outubro de 1895, em Lobos, província de Buenos Aires, Argentina, filho de Mario Tomás Perón e Juana Sosa. [...] Em 1943, depois de ter fundado o Grupo de Oficiais Unidos, Perón aderiu à conspiração militar que derrubou o presidente Ramon Castillo. No novo governo, chefiou o Departamento Nacional do Trabalho e Bem-Estar Social, vindo a conquistar grande popularidade entre a classe trabalhadora, sobretudo os mais humildes – os “descamisados” –, e os sindicatos. [...] Perón venceu o pleito de 1946, obtendo 56% dos votos. Ao longo do mandato, nacionalizou as companhias de estradas de ferro, telefones, gás e algumas empresas de energia elétrica, promoveu o desenvolvimento industrial e garantiu o aumento da taxa de emprego e dos salários. Os trabalhadores receberam importantes benefícios, como aposentadoria, férias pagas e assistência médica. Reeleito em 1951, enfrentou sérios problemas durante o seu segundo mandato presidencial. A morte de Evita em 1952, as dificuldades econômicas e as reivindicações dos trabalhadores enfraqueceram a sua posição e, em 1955, foi deposto pelos militares, exilando-se no Paraguai. (JUAN, [s.d.]).

(ii) os militares mantinham a homogeneidade institucional, apesar da heterogeneidade política; (iii) a legitimidade para o comportamento de moderadores do processo político brasileiro por parte dos militares era garantido por políticos importantes em certas circunstâncias; (iv) a validação da elite civil política aos militares com vistas à deposição do chefe do Poder Executivo formava uma coalizão vencedora; (v) a existência de uma crença legítima entre os militares de que poderiam temporariamente exercer o poder político, mas não permanecer no poder político; e (vi) por último, a cooptação e a condescendente liderança civil sobre os militares derivada da anuência social e intelectual dos oficiais por meio da educação e da literatura (STEPAN, 1971). Todo esse cenário originou-se na ausência de instituições políticas sólidas incapazes de impedir a cooptação dos militares por parte de grupos civis que buscavam aumentar a sua participação na política por intermédio de militares descontentes com os rumos do país e que intencionavam somar forças aos seus objetivos políticos.

Ao analisar o Brasil e os demais países da América Latina, Stepan (1971) constatou que, mesmo possuindo demandas políticas altas, nenhum grupo político conseguiu manter-se no poder, uma vez que inexistiam instituições demasiadamente fortes que pudessem supri-las. Nessa situação, a elite política dominante nutria um desejo pela manutenção da ordem interna, no monitoramento do chefe do Poder Executivo, e um controle sobre os grupos políticos dominantes. Devido à parca capacidade das instituições em manter a estabilidade do sistema político, os grupos civis suscitaram nos militares o cumprimento dessa missão, outorgando-os, com certo grau de legitimidade, o papel moderador do sistema político e mantenedor da ordem interna.

Entretanto, mesmo tendo sido outorgada aos militares a mediação no sistema político, possuindo assim a legitimidade para depor o chefe do Poder Executivo e garantir a ordem interna, a sua permanência no governo por longos períodos de tempo não era legitimada pela sociedade. Dentre os parâmetros impostos por ambos os lados, podemos citar: (i) a

percepção de uma limitação permanente ao grau de intervenção política pelos militares, restrito à deposição do presidente e a transferência do poder político ao sucessor constitucional, proibindo assim que os intervencionistas se mantivessem no poder após a intervenção; (ii) a congruência entre os militares da necessidade da intervenção armada no governo e o grupo civil que assumiria o poder após a intervenção; (iii) a substituição do presidente se daria em conformidade com a norma constitucional; (iv) os militares partidários do governo deposto não seriam expurgados das Forças Armadas; e (v) a aquiescência dos militares no que tange a não qualificação para assumir o governo do país (STEPAN, 1971). Ao definir esses aspectos, o autor definiu o caráter moderador dos militares no Brasil, entre 1945 e 1964, que permaneceram politizados e aumentaram o poder político dos grupos que obtinham êxito em cooptá-los, e consequentemente, em controlá-los.

Com a intenção de garantir a devida autonomia que os militares necessitavam para exercer o papel moderador, a obediência ao chefe do Poder Executivo tornou-se subjetiva. Destarte, a expressão “dentro dos limites da lei” retorna à norma constitucional de 1946, conforme supracitado. Stepan (1971) aponta que, em decorrência desses fatores, os militares assumiram um protagonismo político em razão das inúmeras tentativas de cooptação tanto pelos civis ligados ao governo como pelos opositores, em momentos de conflitos, haja vista que as ações contra o chefe do Poder Executivo passaram a ser orquestradas pelos civis e pelos militares conjuntamente. A manutenção da ordem interna incrementou as relações entre os militares e os civis antirregime, tornando mais palatável a aquiescência das ações militares contra o governo pelos civis contrários ao chefe do Poder Executivo.

Stepan verificou que, no Brasil, entre 1945 e 1964, ocorreu um período de significativas mudanças, intituladas por ele como um crescente índice de reivindicações, consequência do crescimento populacional, do deslocamento maciço da população, do surgimento dos executivos populistas, que aproveitaram a extensa legislação social de bem-

estar, e do aumento substancial do eleitorado. O autor reitera que a atuação militar nesse período cresceu consideravelmente:

O ativismo militar também cresceu nesse período. Houve movimentos militares em 1945, 1954, 1964, uma tentativa frustrada em 1961 e um outro movimento em 1955, que precipitou um contramovimento em defesa das autoridades constitucionais. Os anos de 1945 a 1964 assinalam o período da primeira experiência do Brasil com uma política competitiva, democrática e aberta. O papel dos militares de árbitro ou moderador do sistema político cresceu à medida que aumentava o conflito político (STEPAN, 1971, p.66).

Entretanto, esses movimentos não devem ser visualizados como uma resposta unilateral dos militares, numa atitude arbitrária e independente, em busca de anseios próprios e ideológicos, e, sim, como uma ação conjunta entre militares e civis com vistas ao combate a uma situação contrária aos interesses do país (STEPAN, 1971).

As “oportunidades” para ação moderadora apareciam à medida que aumentavam os questionamentos entre as elites políticas acerca de quem, de fato, deveria governar o país. A questão da legitimidade do presidente da República é o cerne dos argumentos utilizados pelos militares aos partidários do governo, sejam eles civis, sejam militares, porque, à medida que essa fosse seriamente questionada por um elevado quantitativo de grupos civis políticos, a intervenção se faria necessária para a manutenção da ordem interna ou mesmo para combater o possível surgimento de uma anarquia.

Como visto anteriormente, o período entre 1945 e 1964 suscitou diversas questões acerca da legitimidade diante de cada governo que assumia o poder, porque, enquanto houvesse uma cisão de maior intensidade na sociedade, recrudesceriam as chances de uma intervenção por parte dos militares. Stepan analisa cinco movimentos ocorridos nesse período em que os militares desempenharam o papel moderador do sistema político. O autor examina os movimentos vitoriosos de 1945, 1954 e 1964 e os movimentos fracassados de 1955 e 1961.

Em 1945, 1954 e 1964, data dos movimentos vitoriosos contra o presidente do país, a pressão civil no sentido de intervenção militar no processo político cresceu e foi comunicada aos militares através de contatos pessoais, manifestos públicos e editoriais de imprensa. Os apelos civis para intervenção militar eram expressos em termos de ilegitimidade do presidente e das obrigações constitucionais que tinham os

militares de garantir o funcionamento efetivo dos três poderes tradicionais do governo e da ordem interna. Normalmente, os pedidos de intervenção afirmavam que o presidente estava agindo de maneira ilegal e que, em face destas condições, a cláusula de ‘obediência dentro dos limites da lei’ os dispensava do dever de obedecer ao chefe do executivo (STEPAN, 1971, p.73).

Dissonante a esses movimentos vitoriosos, os fracassados ocorreram em situações nas quais os civis exigiam com intensidade menor essa intervenção por parte dos militares no sistema político.

Em 1955, os apelos feitos pela intervenção militar provinham de um único partido político, sem o acompanhamento de qualquer movimento civil mais amplo contra o presidente eleito. Os apelos eram, pois, estritamente partidários e não puderam criar a coalizão vitoriosa de civis e de oficiais militares necessárias ao golpe. [...] No caso da tentativa de golpe de 1961, quando o ministros militares reagiram apressada e unilateralmente à inesperada renúncia do presidente Jânio Quadros, anunciando sua intenção de impedir que o vice-presidente João Goulart assumisse o poder, não houve tempo para o desenvolvimento do tipo de debate público a longo prazo que caracterizou os golpes vitoriosos, nem para a sondagem informal das atitudes civis com relação a este movimento. Logo em seguida à decisão de tentar um veto político, ficou claro que os ministros militares tinham errado no julgamento da amplitude do apoio civil, e que Goulart, de fato, gozava de um alto grau de legitimidade (STEPAN, 1971, p.73-74).

Concluimos, então, que se torna crucial o papel desempenhado pelos civis na construção da coalizão que validava a intervenção militar. Esses apoiavam a ação moderadora das Forças Armadas, cooptando-os e legitimando a ação de poder moderador contra o chefe do poder Executivo e o sistema político. Contudo, a ação militar não é explicada somente como resultado da cooptação e do apoio dado pela sociedade e pelos grupos políticos. A ação militar demandava um interesse por parte da instituição e, individualmente, dos militares envolvidos, de modo que houvesse um consenso entre os militares no tocante à ação e, por último, que não houvesse ameaças à instituição no que diz respeito à hierarquia, à disciplina ou mesmo à ideologia.

No que tange à influência externa sobre as Forças Armadas, lembra-se que o globo se encontrava ideologicamente dividido devido à Guerra Fria¹⁹ (1947-1991) e que os

¹⁹ Expressão cunhada para designar a competição entre os Estados Unidos da América e os seus aliados ocidentais, países capitalistas desenvolvidos e em desenvolvimento, e a URSS, líder de uma aliança formada majoritariamente por países da Europa Oriental. A Guerra Fria teve as suas origens nas divergências entre Estados Unidos da América e URSS ainda durante a Segunda Guerra Mundial e se instalou definitivamente a partir de 1947, quando

militares brasileiros também enfrentavam essa discordância dentro da própria caserna. A partir de 1961, com a instabilidade política decorrente da crise econômica e com a politização das praças estimuladas pelo êxito da Revolução Cubana²⁰, as Forças Armadas tornaram-se mais inseguras e autoritárias, visto que os oficiais consideraram que tais fatores pudessem afetar a disciplina na instituição.

Dessa maneira, verificou-se que um número cada vez maior de oficiais desenvolveram atitudes desconexas com aquelas apresentadas no padrão moderador. Com isso, uma série de argumentos suscitaram a mudança de postura observada nesse padrão: a crença entre os militares de que nenhum dos grupos políticos existentes possuía a competência para governar, de que as regras do jogo político estavam sendo amplamente questionadas pelos principais atores políticos, tornando-as impraticáveis, e de que o João Goulart apoiar-se-ia nos comunistas para dar um golpe, sem conseguir controlá-los posteriormente. Essas alterações comportamentais abriram caminho para a assunção, por parte dos militares, da função de dirigente do sistema político, contrapondo-se à de moderador, como visto no movimento impetrado pelas Forças Armadas em 1964.

as diferenças entre os dois países, que emergiram da Guerra não apenas como os grandes vencedores, mas também como duas superpotências mundiais, adquiriram o caráter de um conflito permanente. [...] Somente nos anos 90 o mundo assistiria ao chamado fim da Guerra Fria, sem dúvida a mais rápida e espetacular transformação nas relações internacionais do século XX, que teve como pano de fundo a dissolução da URSS, a redemocratização da Europa Oriental e a reunificação da Alemanha. (SILVA, [s.d.]).

²⁰ O movimento guerrilheiro liderado por Fidel Castro, iniciado em 1956, tomou o poder em Cuba em janeiro de 1959, com a derrubada do governo ditatorial do general Fulgêncio Batista e a nomeação de Castro como primeiro-ministro. Apesar de uma acolhida inicialmente favorável dos Estados Unidos da América, as relações entre o governo revolucionário cubano e Washington se deterioraram ao longo dos anos de 1959 e 1960, em primeiro lugar, devido às reformas de caráter econômico e social adotadas pelo novo governo, que afetavam diretamente os interesses econômicos norte-americanos na ilha. Além disso, Cuba iniciou um processo de aproximação econômica e política com a URSS – o vice-presidente soviético Anastas Mikoyan visitou Havana no início de 1960 e assinou uma série de acordos de comércio e ajuda econômica entre os dois países – que se constituiu num desafio gravíssimo à manutenção da América Latina como zona de influência dos Estados Unidos da América. (SILVA, [s.d.]).

4 ANTECEDENTES HISTÓRICOS AO DIA 31 DE MARÇO DE 1964

4.1 PRECEDENTES DA PARTICIPAÇÃO MILITAR NA POLÍTICA

Ao considerarmos o período compreendido entre a Proclamação da República e a intervenção civil e militar ocorrida em 31 de março de 1964, notamos que o Brasil vivenciou um período bastante conturbado e marcante, fruto da volatilidade encontrada nas relações entre civis e militares, exacerbadas com o final da Segunda Guerra Mundial, que atingiu o seu ápice com a ruptura do padrão moderador, como visto no capítulo anterior.

Ao levarmos em conta somente os acontecimentos de relevância política que ocorreram sob certo grau de violência, podemos destacar: Revolução Federalista (1893-1895); Guerra de Canudos (1896-1897); Revolta da Vacina (1903); Revolta da Chibata (1910); Revolta dos 18 do Forte (1922), primeira sublevação do movimento tenentista²¹; Revolta Paulista de 1924, segunda sublevação no contexto do tenentismo; Coluna Prestes (1925-1927), terceira sublevação do movimento tenentista; Revolução Constitucionalista (1932); Intentona Comunista (1935); e Intentona Integralista (1938) (PINTO, 2011).

No que diz respeito aos movimentos intervencionistas militares, iniciados com a própria Proclamação da República, estes continuaram a se interpor nas relações civis-militares nas décadas posteriores. A esse exemplo, apresentaremos alguns desses movimentos ocorridos a partir de 1930, conforme mencionado por José Cimar Rodrigues Pinto (2019):

Revolução de 1930 – golpe de Estado civil e militar que foi o desaguadouro das insatisfações originadas no tenentismo com o sistema oligárquico vigente; Estado Novo, em 1937 – golpe de Estado perpetrado pelo próprio governante, com amplo apoio da liderança militar, contra o sistema democrático vigente e que resultou na instauração de uma ditadura civil; Deposição de Getúlio Vargas, em 1945 – golpe de

²¹ Tenentismo – movimento político-militar que se desenvolveu durante o período de 1920 a 1935, aproximadamente, sob a liderança dos “tenentes”, nome pelo qual ficaram conhecidos os oficiais revolucionários da época, nem todos verdadeiros tenentes, mas, em sua grande maioria, oficiais de baixa patente. Constituiu um dos principais agentes históricos responsáveis pelo colapso da República Velha, ou seja, está inserido no processo de crise da sociedade agroexportadora e do Estado oligárquico no Brasil, que culminou com a Revolução de 1930. (FORJAZ, 2021).

Estado efetivado pela liderança política civil e militar que depôs Vargas do poder; Segunda deposição de Vargas, em 1954 – golpe efetivado pela liderança política civil e militar que depôs, novamente, Vargas do poder, levando-o ao suicídio; *Putsch*²² militar de 1955 capitaneado pelo General Henrique Duffles Teixeira Lott, em 1955 – golpe de Estado efetivado pela liderança militar no contexto da contestação da eleição de Juscelino Kubitschek à Presidência da República, também conhecido como golpe preventivo; Golpe preventivo, em 1961 – golpe de Estado efetivado pelos ministros militares – almirante Sylvio Heck, general Odílio Denys e brigadeiro Eduardo Gomes – no contexto da renúncia do, então, presidente Jânio Quadros, com a finalidade de impedir a posse do Vice- presidente João Goulart na Presidência da República; Contragolpe preventivo de Leonel Brizola, em 1961 – reação liderada pelo então Governador do Rio Grande do Sul contra o golpe efetuado pelos ministros militares no sentido de dar posse na Presidência da República ao Vice-presidente eleito, João Goulart; e o Movimento Militar de 31 de Março de 1964 – intervenção militar efetivada pela liderança política civil e militar que instaurou o denominado Regime Civil e Militar no Brasil (PINTO, 2019, p.198).

Podemos considerar as Intentonas Comunista²³ e Integralista²⁴ como fatos marcantes históricos referenciais para as relações civis-militares, porque, mesmo que não fossem engajados pela maioria de seus membros nas questões políticas, passaram a ser reiteradamente incitados aos embates políticos pelas minorias que almejavam cooptá-los com a intenção de se fortalecer.

Com o retorno da Força Expedicionária Brasileira (FEB), que lutou contra as tropas de Hitler e Mussolini, recrudesceram as dúvidas, principalmente entre os oficiais, acerca do autoritarismo implantado por Vargas. Acresceram às desconfianças por parte de grupos civis quanto às intenções do presidente em mudar a conjuntura política por meio de eleições (STEPAN, 1971). Essa crise política relativa à legitimidade do governo foi retratada inclusive pela imprensa²⁵ pouco antes da intervenção de 1964, iniciando, dessa forma, uma série de intervenções no Estado (1945, 1954, 1955, 1961 e 1964) perpetradas por civis e militares,

²² “Golpe de Estado” (Tradução nossa).

²³ Intentona Comunista – sublevação no Rio de Janeiro, em Pernambuco e no Rio Grande do Norte, em 1935; constituiu-se em uma tentativa de golpe de Estado contra o governo de Getúlio Vargas realizada pelo Partido Comunista Brasileiro e liderada por Luís Carlos Prestes, agentes estrangeiros infiltrados no país e militares, entre outros (PINTO, 2011, p.51).

²⁴ Intentona Integralista – insurreição no Rio de Janeiro, em 1938, efetivada por parcela do Movimento Integralista. Foi mais uma tentativa de golpe de Estado contra o governo de Getúlio Vargas, por considerar que este havia traído os ideais que o levaram ao poder ao instaurar o Estado Novo (PINTO, *op. cit.*, p.51).

²⁵ “Enquanto o Senhor Vargas estiver no Catete, o país não terá confiança nem tranquilidade” (JORNAL DO BRASIL, 11 de outubro de 1945 *apud* STEPAN, 1971, p. 68).

“A ditadura do Senhor Getúlio Vargas perpetrou mais um golpe repressivo e traidor contra o povo brasileiro...O povo brasileiro agora não confia em seu governo...O governo não pode presidir honestamente a eleição.” (DIÁRIO CARIOCA, 13 de outubro de 1945 *apud* STEPAN, *op. cit.*, p. 68).

atuando como poder moderador, conforme descrito no capítulo anterior. Essa coalizão só se tornava vitoriosa com a sanção civil ao movimento, como podemos destacar no comentário feito pelo general Colbery do Couto e Silva²⁶:

Os ativistas militares pró ou contra o governo constituem sempre uma minoria. Se um grupo militar deseja derrubar o governo, precisa convencer a grande maioria de oficiais que são legalistas estritos ou simplesmente não ativistas. Os ativistas não querem arriscar derramamento de sangue ou cisões militares, de forma que esperam até que tenham conseguido um consenso. Deste modo, os movimentos que visam depor um presidente precisam da opinião pública para ajudar a convencer os próprios militares. Assim ocorreu em 1945, 1954 e 1964. Em 1961, o chefes militares agiram contra a opinião pública e tiveram de retroceder (STEPAN, 1971, p.74).

O fim do Estado Novo não trouxe inovações políticas para o Brasil, uma vez que não ocorreram mudanças na elite política que governava o país. Tal assertiva pode ser comprovada pela verificação do texto constitucional aprovado em 1946, que reintroduziu a possibilidade de intervenção militar resultante da obediência discricionária²⁷ ao chefe supremo das Forças Armadas, o presidente da República (PINTO, 2011).

O governo do presidente eleito à época, Eurico Gaspar Dutra (1946-1950), foi marcado pelo completo alinhamento com os Estados Unidos da América, nos campos político, militar, econômico e cultural, em razão do posicionamento brasileiro ao lado dos estadunidenses no contexto da Guerra Fria (CERVO; BUENO, 2012).

No imediato pós-guerra, o Brasil e a América Latina, em geral, ficaram sob a hegemonia norte-americana, quer sob o ponto de vista político, quer sob o econômico e cultural. A influência cultural americana sobre o Brasil não foi resultado de um processo espontâneo, mas decorreu de um plano deliberado dos Estados Unidos no âmbito de uma estratégia mais ampla, formulada no contexto do início da Segunda Guerra, quando, por razões de segurança, careciam da simpatia e, sobretudo, da colaboração do Brasil, em especial, e da América Latina em geral (CERVO; BUENO, 2012, p. 289).

A oposição à influência estadunidense passou a ser execrida pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), grupo político de esquerda que abarcou as ideias do populismo originadas por Vargas, e era influenciado pelo bloco socialista, o que, segundo Oliveiros S. Ferreira (2004),

²⁶ Entrevista concedida pelo general Golbery de Couto e Silva ao autor do livro em 18 de setembro de 1967.

²⁷ Cf. BRASIL, 1946, art. 176.

impedia qualquer revolução originada desse partido político.

A exclusão do Partido Comunista do Processo revolucionário brasileiro é, assim, condição primeira de sua autenticidade – como, aliás, a exclusão de quantos objetivem fazer do país uma mera peça no jogo da ‘guerra fria’. Não se pode desejar fazer uma revolução brasileira que seja dirigida pelo Partido Comunista, ou que o tenha como aliado. Expressão de um Estado estrangeiro, ele tenderá sempre a encaminhar a revolução para os rumos que a esse Estado interessarem, e não para aqueles que ao Brasil convierem (FERREIRA, 2004, p.13).

Em decorrência dessa tentativa de ingerência externa nos rumos políticos brasileiros pelo PCB e do alinhamento brasileiro ao bloco capitalista, Dutra cassa o seu registro político e é criticado pela imprensa soviética, culminando no rompimento das relações diplomáticas com a extinta União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Além disso, “dissolve também a Confederação dos Trabalhadores do Brasil e intervém em quatrocentos sindicatos” (DREFUSS, 1981 *apud* PINTO, 2011, p. 62).

Vargas vence as eleições de 1950 e derrota o brigadeiro Eduardo Gomes, um dos remanescentes da Revolta dos 18 do Forte. Podemos verificar que o seu governo foi marcado por inúmeros problemas, tais como: (i) déficit na balança de pagamentos; (ii) denúncias de assistência secreta ao governo argentino; e (iii) problemas relativos às demandas salariais dos sindicatos e dos militares. Todavia, essa crise ganha contornos insustentáveis com a tentativa de assassinato de Carlos Lacerda, crítico contumaz do presidente, recaindo sobre a sua guarda pessoal a autoria do atentado, o que corroborou para o questionamento de sua legitimidade à frente do governo e de sua conseqüente permanência no cargo. Em meio a essa crise, Vargas inclina-se aos segmentos populares, utilizando-os como ferramenta contra pressões políticas, passando a ser mais abertamente criticado por grupos militares, como demonstrado no episódio originário do Manifesto dos Coronéis²⁸ (Anexo A) (PINTO, 2011).

²⁸ Documento também conhecido por Memorial dos Coronéis, assinado por 42 coronéis e 39 tenentes-coronéis e dirigido em fevereiro de 1954 à alta hierarquia militar, em protesto contra a exiguidade dos recursos destinados ao Exército e a proposta governamental de elevação do salário mínimo em 100%. O manifesto teve grande repercussão e contribuiu decisivamente para a demissão dos então ministros da Guerra, general Ciro do Espírito Santo Cardoso, e do Trabalho, João Goulart. (LAMARÃO, 2021).

Na crise de 1954, a tentativa de assassinato e as subsequentes revelações do escândalo financeiro desmoralizaram e imobilizaram muitos dos partidários de Vargas.[...] Algumas semanas antes que os militares agissem finalmente para depô-lo, a 24 de agosto, os editoriais de muitos órgãos de imprensa foram dedicados aos pedidos de renúncia de Vargas (STEPAN, 1971, p.69).

Com a queda do governo, aumentaram as tensões internas no seio das Forças Armadas, intensificando a sensação de anarquia, que tinha como epicentro o Clube Militar, o qual ramificava para as organizações militares e para as escolas militares, que eram leais nos momentos de intervenções. Tanto o Clube Naval quanto o da Aeronáutica também se envolveram nesse jogo político, porém em escala reduzida. Tal politização era observada por ocasião das eleições para a presidência e as diretorias desses Clubes, em que os militares dividiam-se entre os grupos políticos pró-regime e os antirregime, servindo de indicativo de aprovação ou reprovação do governo vigente, bem como do apoio ou do desapoio dos militares para uma próxima candidatura²⁹ (PINTO, 2011). Cada vez mais participativos no jogo político partidário, os militares transportaram essa polarização, entre populistas e conservadores, para dentro unidades militares, começando pelo topo da hierarquia e prolongando-se até os níveis hierárquicos mais baixos, o que comprometeu sobremaneira a hierarquia e a disciplina, base de sustentação das Forças Armadas. Podemos citar como exemplo a República do Galeão³⁰, os pronunciamentos feitos por comandantes de unidades militares e nas reuniões dos Clubes Militares, onde se exacerbavam as acusações contra o presidente da República, como visto no ultimato³¹ dos oficiais generais, também conhecido como Manifesto dos Generais (Anexo B) (PINTO, 2011).

²⁹ Por exemplo, Newton Estillac Leal, representante do nacionalismo, que, no ambiente das Forças Armadas, correspondia ao populismo, derrotou o conservadorismo representado pelo general Oswaldo Cordeiro de Farias e elegeu-se presidente do Clube Militar seis meses antes de Getúlio Vargas ser eleito para a Presidência da República, o qual, em seguida, nomeou-o para ser o seu ministro da Guerra. Para Getúlio Vargas, isso significava estar amparado na corrente de opinião militar majoritária (PINTO, 2011, p. 64).

³⁰ Denominação pela qual ficou conhecida a Base Aérea do Galeão em razão da sua atuação independente durante as investigações relativas ao atentado da Toneleros. Nesse atentado, ocorrido na madrugada de 5 de agosto de 1954, foi assassinado o major-aviador Rubens Vaz e ferido o jornalista Carlos Lacerda, um dos principais opositores do presidente Getúlio Vargas. (LAMARÃO, 2021).

³¹ No dia 23 de agosto de 1954, o Manifesto dos Generais, com a assinatura de trinta e dois deles, repudiou a tese de afastamento temporário do presidente da República e exigiu o seu afastamento (PINTO, *op.cit*, p. 65).

Café Filho, ao suceder Getúlio Vargas na Presidência da República, assume o governo com a população abalada pela morte de seu antecessor e enfrenta crises que serviram para solapar ainda mais as bases das Forças Armadas, a disciplina e a hierarquia (PINTO, 2011).

Café Filho procurou amenizar as crises no meio militar com a nomeação de ministros mais voltados ao conservadorismo, tais como: Eduardo Gomes, que teve grande influência no movimento que depôs Getúlio, para o Ministério da Aeronáutica; para o Ministério da Guerra, nomeou o general Henrique Batista Duffles Teixeira Lott, considerado profissional e imparcial; e, para o Gabinete Militar da Presidência da República, nomeou o general Juarez Távora, que, conforme Néelson Werneck Sodré (1979), era o verdadeiro “chefe do governo”³² (PINTO, 2011).

Embora tenha ocorrido um avanço considerável da ala conservadora, a chapa de caráter populista composta por Juscelino Kubitschek como presidente e João Goulart como vice-presidente logrou-se vencedora no pleito eleitoral de 1955, recebendo apoio na campanha do PCB, que, naquele momento, agia na clandestinidade. A coligação vencedora derrotou os candidatos conservadores Juarez Távora/Milton Campos, Adhemar de Barros/Danton Coelho e Plínio Salgado³³ (PINTO, 2011).

Inconformados com a derrota, os conservadores intencionavam anular as eleições, entretanto não receberam apoio dos principais opositores do presidente eleito, nem da maioria dos militares. Posteriormente, o marechal Juarez Távora posicionou-se sobre a legitimidade do movimento de 1955³⁴: “ Penso que a maioria dos oficiais do Exército sentiu que Kubitschek faria um mau governo, e que permitiria a expansão do comunismo. Mas não se acharam no direito de impedir sua posse pela violência.” (STEPAN, 1971, p.71).

Com o afastamento do presidente Café Filho por motivo de saúde, assumiu

³² SODRÉ, 1979, p. 359 *apud* PINTO, 2011, p. 66.

³³ A CAMPANHA, [s.d.].

³⁴ Entrevista concedida pelo marechal Juarez Távora ao autor em 8 de outubro de 1968.

interinamente a Presidência da República o presidente da Câmara dos Deputados, o deputado Carlos Luz, que nomeou para ministro da Guerra o general Adyr Fiúza de Castro em substituição ao general Henrique Batista Duffles Teixeira Lott, que havia solicitado exoneração por discordância de posicionamento do presidente, que se posicionou contrariamente à punição do coronel Jurandir de Bizarria Mamede. Resultado da decisão do presidente, uma parcela dos oficiais do Exército, contrários à determinação dele, propuseram a manutenção do general Henrique Batista Duffles Teixeira Lott no Ministério da Guerra. Devido a esse ato de insubordinação, o Congresso Nacional nomeou o presidente do Senado Federal, senador Nereu Ramos, como presidente da República, que governou até a posse de Juscelino, período em que o país esteve sob estado de sítio³⁵ (PINTO, 2011).

Em 31 de janeiro de 1956, Juscelino Kubitschek assumiu a Presidência da República e enfrentou o descontentamento de uma parcela dos militares em razão da manutenção do general Henrique Lott como ministro da Guerra. Entretanto, essa insatisfação não suscitou nesses militares o sentimento de ilegitimidade do governo, apenas a desaprovação da permanência do ministro no cargo. Seus opositores se retraíram e se concentraram nas escolas militares, organizações responsáveis pela doutrina e pela formação dos futuros comandantes, influenciando assim a mentalidade dos oficiais e mantendo acesa a chama anticomunista, orientados pela doutrina estadunidense (SODRÉ, 1979).

Uma ampla coligação conservadora sagrou-se vencedora no pleito eleitoral à Presidência da República em 1959, elegendo a chapa que tinha como representantes Jânio Quadros para presidente e João Goulart para vice-presidente. Jânio nomeou um time de militares conservadores para os seus Ministérios militares: Odílio Denys como ministro da Guerra, Sylvio Heck como ministro da Marinha e Gabriel Grün Moss como ministro da Força Aérea. Esse time de conservadores afastou de todos os pontos-chave os militares indignos de

³⁵ Cf. BRASIL, 1955.

confiança que pudessem tentar algum tipo de manobra política (PINTO, 2011).

O governo de Jânio Quadros foi marcado pela recessão econômica em decorrência da crise financeira herdada do governo de Juscelino, em decorrência do aumento da inflação e da elevada dívida externa. No campo político, o Congresso Nacional restringiu a sua ação após uma tentativa frustrada de centralização de poderes que ampliariam a esfera de competência do presidente. Com essa insustentável situação, Jânio opta pela renúncia, efetivada em 25 de agosto de 1961, causando perplexidade nos militares conservadores que haviam apoiado a sua eleição e eram contrários à posse de seu sucessor legal, João Goulart, que, à época, cumpria agenda oficial em viagem à China. Mais uma vez estavam configuradas, segundo esses militares, as condições necessárias para uma intervenção militar resultante de seu papel moderador político, o que não se verificou na prática (PINTO, 2011).

No caso da tentativa de golpe de 1961, quando os ministros reagiram apressada e unilateralmente à inesperada renúncia do presidente Jânio Quadros, anunciando sua intenção de impedir que o vice-presidente Goulart assumisse o poder, não houve tempo para o desenvolvimento do tipo de debate público a longo prazo que caracterizou os golpes vitoriosos, nem para a sondagem informal das atitudes civis com relação a este movimento. Logo em seguida à decisão de tentar um veto político, ficou claro que os ministros militares tinham errado no julgamento da amplitude do apoio civil, e que Goulart, de fato, gozava de um grau de legitimidade. Em face da forte oposição civil e da recusa do III Exército de apoiar a decisão de obstar Goulart, os ministros militares tiveram de retroceder (STEPAN, 1971, p. 74).

A resistência a essa intervenção foi perpetrada a partir do Rio Grande do Sul, terra natal de Goulart, por seu cunhado e correligionário, o governador Leonel Brizola, com o apoio do III Exército, que se opôs à ação militar. Entretanto, o impasse na caserna foi resolvido pela atuação política, com a implementação do parlamentarismo³⁶, que acomodou provisoriamente os descontentamentos conservadores. A cisão entre os militares ocorrida em razão desse episódio foi sentida durante todo o governo de Goulart (PINTO, 2011).

Com o comprometimento da hierarquia e da disciplina das Forças Armadas, resultado da tentativa frustrada de intervenção militar, Goulart substituiu os ministros militares

³⁶ Cf. BRASIL, 1961.

que abertamente se opuseram a sua posse. Tal substituição visava à construção de uma base alinhada ao novo regime, que possuía um caráter mais populista e sindicalista, o que não agradava a ala conservadora (PINTO, 2011).

Setores nacionalistas das Forças Armadas, articulados ao movimento sindical e a setores da esquerda, apoiaram abertamente importantes iniciativas políticas de Goulart, tais como a defesa das 'reformas de base' e a antecipação do plebiscito sobre o sistema de governo, previsto inicialmente para o início de 1965. Realizado em 6 de janeiro de 1963, o plebiscito restaurou o presidencialismo (CASTRO, 2020)³⁷.

A partir de então, verificou-se um aumento na politização das praças, que, até o momento, não haviam se envolvido nas questões políticas, solapando sobremaneira os pilares das Forças Armadas. Iniciam-se algumas revoltas em Brasília, em 12 de setembro de 1963, lideradas por praças da Marinha e da Aeronáutica, contra a decisão do Supremo Tribunal Federal que se posicionou contrariamente à candidatura deles ao Poder Legislativo, conforme expresso na Constituição de 1946³⁸. A tolerância do presidente aos insubordinados levantou suspeitas em parcela significativa da oficialidade militar, desde os mais novos até os mais elevados hierarquicamente, temerosos pela probabilidade de um golpe de Estado orquestrado pela esquerda comunista, a qual teria se infiltrado nas organizações militares por intermédio do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT). Em outubro daquele ano, a crise política se agravou, em razão do pedido enviado ao Congresso Nacional pelo presidente para a decretação do estado de sítio. Todavia, o pedido foi retirado da pauta devido à sua repercussão (CASTRO, 2020)³⁹.

À medida que o tempo passava, aumentava a desconfiança dos militares e o sentimento de ilegitimidade do governo. O episódio da revolta dos marinheiros e fuzileiros navais, ocorrida em 28 de março de 1964, que se encontravam na sede do Sindicato dos Metalúrgicos, localizado no Rio de Janeiro, demonstrou a incontestável deterioração das

³⁷ OS MILITARES, [s.d.].

³⁸ Cf. BRASIL, 1946, art. 132, parágrafo único.

³⁹ OS MILITARES, [s.d.].

relações civis-militares, que culminou na intervenção civil-militar de 1964, rompendo assim com o padrão moderador quando os militares assumem o poder político do país.

4.2 A ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA E A SUA INFLUÊNCIA NOS ACONTECIMENTOS

Como visto anteriormente, o padrão moderador se baseava na tomada do poder pelos militares, seguido da sua transferência ao grupo civil apoiador e sucessor legal do presidente da República, para que esse grupo conduzisse os rumos políticos do país.

Uma atitude de apoio decisiva para o papel moderador dos militares brasileiros, e especialmente para a manutenção do limite a este papel na derrubada do presidente, foi a crença, generalizada entre os oficiais, de que eles detinham em comparação com os civis, um grau relativamente baixo de legitimidade para governar. Além disso, como já vimos, os oficiais não tinham grande confiança em sua capacidade em termos de treinamento político ou econômico para governar a nação. [...] Entretanto, as crises de 1961-1964, além de corroer a confiança civil na estrutura democrática da política, também alterou a imagem anterior que os militares tinham de sua relativa incapacidade e a ilegitimidade para governar o país (STEPAN, 1971, p. 127).

Ao analisar o trecho acima, verificamos que os militares percebiam a sua carência de legitimidade para governar. As mudanças ocorridas no cenário internacional no final da década de 1950 e o início da década seguinte, fruto da ampliação dos princípios da guerra revolucionária, como a Revolução Cubana de 1959, despertaram nos militares um conjunto de ações a empreender que visavam: ao combate ao comunismo, à concepção das doutrinas contra a insurreição e à certeza da necessidade de mudança de postura para evitar uma revolução. Com isso, os militares passaram a se preocupar mais com o seu papel cívico ao perceber que as suas ações deveriam influenciar também o desenvolvimento do país. Como parte de sua estratégia para o continente americano, os Estados Unidos da América propagavam e ensinavam essas ideias em suas escolas militares frequentadas por latino-americanos (STEPAN, 1971).

Oficiais brasileiros que compuseram a FEB idealizaram uma escola militar que, nos moldes da Escola Nacional de Guerra dos Estados Unidos da América, fosse responsável pela

formulação de uma nova doutrina de segurança e desenvolvimento nacional. Assim, em 1949⁴⁰, foi fundada a Escola Superior de Guerra (ESG), que se diferenciava da estadunidense em duas vertentes: a ESG deveria enfatizar mais os aspectos internos de segurança e desenvolvimento, bem como o fomento à participação de civis, que possibilitou uma sinergia em torno do desenvolvimento e segurança do país (STEPAN, 1971).

Tendo em vista esta concepção da natureza empresarial da tarefa de manter a segurança nacional, a ESG empreendeu estudos em todas as fases da vida política, econômica e social brasileira. Os tecnocratas civis de alto nível, os coronéis e os generais de patente inferior estudaram a inflação, a reforma agrária, a reforma bancária, os sistemas eleitorais, o transporte e a educação, bem como a guerra de guerrilha e a guerra convencional (STEPAN, 1971, p. 133).

A doutrina da ESG pregava que a segurança interna se baseava em grande parte no binômio maximização inteligente do produto econômico e minimização de todas as possíveis fontes de ruptura e desunião interna. Outra latente preocupação era a relevância das pressões externas sofridas pelo Brasil em decorrência da guerra ideológica global que influenciava o país internamente. Desde a sua criação, a ESG era anticomunista, aliada natural dos Estados Unidos da América e epicentro ideológico de combate à corrupção no país (STEPAN, 1971).

A crise vivida entre 1961 e 1964 acendeu entre os membros da ESG a sensação de que João Goulart tolerava e estimulava a subversão e a anarquia, o que reforçava a nova ideologia baseada no desenvolvimento e na segurança interna, tornando o seu corpo docente o ator fundamental na disseminação dessa ideologia (STEPAN, 1971).

À medida que o tempo passava e a crise se acentuava, as condições que inicialmente impediam os militares de quebrar o padrão moderador e, conseqüentemente, assumir o poder político se alteraram em razão da influência da ESG e da quebra da homogeneidade de pensamento no seio das Forças Armadas, ocasionando o desvio do foco em sua atividade precípua, a guerra.

⁴⁰ Cf. BRASIL, 1949.

5 CONCLUSÃO

O presente trabalho analisou as relações civis-militares no período entre o fim da Segunda Guerra Mundial (1945) e a intervenção militar civil-militar de 1964 com a intenção de responder à seguinte questão: a profissionalização dos militares foi capaz de mantê-los longe da política?

Para tanto, analisamos a visão clássica de Samuel Huntington, que propôs os conceitos de controle civil e profissionalismo, que conjuntamente resolveriam a predominância dos militares sobre os civis ao equalizar essa relação, pois aqueles manter-se-iam longe do cenário político, dado que estariam voltados à sua função precípua, a guerra.

Estudamos também a visão do sociólogo Morris Janowitz, que reorganizou o campo dos estudos militares e buscou integrá-los como parte da burocracia estatal com especificidades e elementos característicos próprios, não podendo, assim, ser caracterizados como um grupo político monolítico e acéfalo. Quanto ao emprego dos militares, Janowitz acreditava que, no futuro, os militares deveriam estar preparados para outras funções além da guerra, como o equilíbrio das relações internacionais, dessa forma, poder-se-ia falar em forças policiais em vez de forças militares.

O terceiro teórico estudado foi Alfred Stepan, que propôs um novo padrão para as relações civis-militares dos países latino-americanos, para o qual considerou a história e a trajetória política desses países. O autor alvitrou um novo modelo de pensamento para essas relações, denominado de padrão moderador, exercido principalmente entre 1945 e 1964. Nesse modelo, o autor evidenciava a importância dos militares como grupo político que dispunham de certo grau de ingerência política e social, com capacidade de manter a estabilidade política do Estado.

Em seguida, abordamos os conceitos de profissão e, especificamente, de profissão militar definidos por Huntington. Tratamos sobre a evolução do profissional militar, iniciando

pelos mercenários, passando aos aristocratas, chegando finalmente aos profissionais da guerra. Nesse contexto, examinamos as reformas promovidas pela Comissão Militar Prussiana, que marcaram o verdadeiro início da profissionalização militar e influenciaram a transformação das Forças Armadas dos demais países. Por fim, analisamos o papel dos militares brasileiros na política, no período compreendido entre o final da Monarquia (1889) até a intervenção civil-militar de 1964, que consistiu em um processo histórico e não apenas eventos pontuais, que forjaram o papel dos militares na política de defesa brasileira, tanto interna como externamente. Com a deposição de Getúlio Vargas em 1945, verificamos a instauração do novo modelo proposto por Alfred Stepan, o padrão moderador, que norteou a nossa pesquisa e direcionou o nosso estudo.

No último capítulo, analisamos os antecedentes históricos ao dia 31 de março de 1964, enfatizando o período da pesquisa. Verificamos a importância dos militares, principalmente do Exército Brasileiro, que compuseram a FEB na luta contra o autoritarismo de Vargas e no constante questionamento aos governos que o sucederam no tocante à legitimidade, ao apoio da sociedade e à aprovação da imprensa. Tal período foi marcado por cinco intervenções civis-militares na política, sendo três delas consideradas por Stepan como vitoriosas (1945, 1954 e 1964), porque lougraram êxito, resultado da coalizão formada entre os militares e os civis que apoiaram esses movimentos. Em contrapartida, dois movimentos foram tidos pelo referido autor como fracassados (1951 e 1955), por não contar com a coligação vitoriosa dos outros movimentos. Estudamos as razões do sucesso e do insucesso de cada movimento e a influência da ESG no pensamento dos militares, que passaram a se preocupar mais com o seu papel cívico ao perceber que as suas ações deveriam influenciar também o desenvolvimento do país. Essa mudança de postura dos militares modificou a sua crença de ilegitimidade em exercer o poder político, culminando na intervenção de 1964, que marcou a tomada do poder e estabeleceu o rompimento com o modelo moderador, haja vista que, nos

movimentos anteriores, os militares depunham o presidente da República e transferiam o poder para o grupo político legalmente previsto.

Diante do exposto neste trabalho, analisamos a história e a trajetória política dos militares, verificamos que os conceitos apresentados de profissão e a sua aplicabilidade no âmbito militar não foram suficientes para manter a estanquidade entre esses e a política, visto que os militares se viram responsabilmente envolvidos no ambiente de crise que, desde o final da Monarquia, assolaram o país, prolongando-se ao longo de nossa vida republicana, dadas a insipiente solidez dos grupos políticos brasileiros, a exarcebada busca por poder e a ininterrupta tentativa de cooptação dos militares, o que impossibilitou o distanciamento das Forças Armadas das pautas políticas e, conseqüentemente, da exclusiva dedicação às suas atividades constitucionais.

Destarte o período ter sido marcado pelo intenso envolvimento dos militares na política, os frutos semeados pelo profissionalismo podem ser estudados num próximo trabalho ao abordarmos o momento atual da democracia brasileira, no qual as Forças Armadas têm o seu papel constituicional bem definido, não cabendo a obediência discricionária de outrora e colocando-se como uma instituição de Estado e não de governo.

REFERÊNCIAS

A CAMPANHA presidencial de 1955. *FGV-CPDOC*, Rio de Janeiro, [s.d.]. Disponível em: <https://jk.cpdoc.fgv.br/trajetoria-de-vida/10-campanha-presidencial-de-1955>. Acesso em: 28 jun. 2021.

ARAÚJO, R. N. Missão Militar Francesa. *FGV-CPDOC*, Rio de Janeiro, [s.d.]. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/MISS%C3%83O%20MILITAR%20FRANCESA.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2021.

BÍBLIA SAGRADA. A. T. *Gênesis*. 1. ed. Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil, 2012. Capítulo 14, p.25.

BRASIL. Constituição (1824). *Constituição Política do Império do Brasil*, 1824. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm. Acesso em: 5 jun. 2021.

BRASIL. Constituição (1891). *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil*, 1891. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm. Acesso em: 5 jun. 2021.

BRASIL. Constituição (1934). *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil*, 1934. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao34.htm. Acesso em: 5 ago. 2021.

BRASIL. Constituição (1937). *Constituição dos Estados Unidos do Brasil*, 1937. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao37.htm. Acesso em: 5 ago. 2021.

BRASIL. Constituição (1946). *Constituição dos Estados Unidos do Brasil*, 1946. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao46.htm. Acesso em: 5 ago. 2021.

BRASIL. Constituição (1967). *Constituição da República Federativa do Brasil*, 1967. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao67.htm. Acesso em: 5 ago. 2021.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 5 ago. 2021.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 4, de 2 de setembro de 1961. Institui o sistema parlamentar de governo. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/emecon/1960-1969/emendaconstitucional-4-2-setembro-1961-349692-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 30 jun. 2021.

BRASIL. Lei nº 2.654, de 25 de novembro de 1955. Declara o estado de sítio em todo o território nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l2654.htm. Acesso em: 28 jun. 2021.

BRASIL. Lei nº 785, de 20 de agosto de 1949. Cria a Escola Superior de Guerra. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1930-1949/1785.htm. Acesso em: 4 ago. 2021.

BRASIL. Lei nº 785, de 20 de agosto de 1949. Cria a Escola Superior de Guerra. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1930-1949/1785.htm. Acesso em: 4 ago. 2021.

BRASIL. Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999. Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp97.htm. Acesso em: 5 ago. 2021.

CARNEIRO, H. Guerra dos Trinta Anos. In: MAGNOLI, D. (org.). *História das Guerras*. São Paulo: Contexto, 2006. pp.164-165.

CARVALHO, J. M. de. *Forças Armadas e Política no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2006.

CASTRO, C. A trajetória política de João Goulart. Os militares e o governo João Goulart. FGV-CPDOC, Rio de Janeiro, [s.d.]. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/Os_militares_e_o_governo_JG. Acesso em: 28 jun. 2021.

CASTRO, C. *A Proclamação da República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2000. 86p.

CERVO, A.; BUENO, C. *História da política exterior do Brasil*. Brasília: Editora UNB, 2012. pp. 285-286.

COELHO, E. C. *Em busca de identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2000.

COSTA, F. C. de S. A relação civil-militar e os estudos estratégicos. *Revista Teoria e Sociedade*, v. 1, n. 22, jan./jun. 2014. Disponível em: <https://teoriaesociedade.fafich.ufmg.br/index.php/rts/article/view/137/102>. Acesso em: 16 jun. 2021.

COSTA, F. C. de S. As Forças Armadas, a fundação e manutenção da ordem: uma relação estéril. *Perspectivas: Revista de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 44, pp. 41-59, jul./dez. 2013. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/7402>. Acesso em: 20 jun. 2021.

COSTA, F. C. de S. Subsídios para o estudo da teoria política das relações entre civis e militares. *Revista HOPLOS*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, 2017. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/hoplos/article/view/13207>. Acesso em: 16 jun. 2021.

DIAS, R. *Ciência Política*. 2. ed., rev. e ampl. São Paulo: Editora Atlas, 2013.

DREIFUSS, R. A. 1964: A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981.

FERREIRA, O. S. *As Forças Armadas e o desafio da Revolução*. Rio de Janeiro: Edições GRD, 2004. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/desafior.html>. Acesso em: 25 jun. 2021.

FORJAZ, M. C. S. Tenentismo. *FGV-CPDOC*, Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/tenentismo>. Acesso em: 22 jun. 2021.

GARCIA, F. R. A formação militar profissional: uma leitura a partir das obras de Morris Janowitz e Samuel Huntington. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS ESTUDOS DE DEFESA, 10, 2018. Disponível em: https://www.enabed2018.abedef.org/resources/anais/8/1535669209_ARQUIVO_Enabed2018-Artigo.pdf. Acesso em: 16 jun. 2021.

HUNTINGTON, S. Civilian control of the military: a theoretical statement. *The American Political Science Review*, v. 50, n. 3, p. 381, 1956. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/1951551>. Acesso em: 5 ago. 2021.

JUAN Domingo Peron. *FGV-CPDOC*, Rio de Janeiro: [s.d.]. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/juan_domingo_peron. Acesso em: 21 jul. 2021.

LAMARÃO, S. Manifesto dos Coronéis. *FGV-CPDOC*, Rio de Janeiro, 2021a. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/manifesto-dos-coroneis>. Acesso em: 25 jun. 2021.

LAMARÃO, S. República do Galeão. *FGV-CPDOC*, Rio de Janeiro, 2021b. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/galeao-republica-do>. Acesso em: 25 jun. 2021.

LASSWELL, H. D. The Garrison State. *American Journal of Sociology*, v. 46, n. 4, pp. 455-468, 1941.

OS MILITARES e o governo João Goulart. *FGV-CPDOC*, Rio de Janeiro, [s.d.]. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/Os_militares_e_o_governo_JG. Acesso em: 4 ago. 2021.

PINTO, J. C. R. *O fio da espada: Forças Armadas e política no Brasil (1930-1985)*. Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra, 2019.

PINTO, J. C. R. *Relações civis e militares entre 1964 e 1985: contribuição teórica e interpretativa*. 2018. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018. 419 p.

PINTO, J. C. R. *Relações civis e militares: a influência da direita radical entre 1954 e 1964*. 2011. Dissertação (Mestrado em Estudos Estratégicos) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011. 191p.

SILVA, A. de M. Guerra Fria. *FGV-CPDOC*, Rio de Janeiro, [s.d.]. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/PoliticaExterna/GuerraFria>. Acesso em: 21 jul. 2021.

SILVA, A. de M. Revolução Cubana. *FGV-CPDOC*, Rio de Janeiro, [s.d.]. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/PoliticaExterna/RevolucaoCubana>. Acesso em: 21 jul. 2021.

SILVA, D. N. Guerra Fria. *Brasil Escola*, [s.d.]. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/guerras/guerra-fria.htm>. Acesso em: 14 jun. 2021.

SILVA, D. N. Peronismo. *Brasil Escola*, [s.d.]. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historia-da-america/peronismo.htm>. Acesso em: 14 jun. 2021.

SILVA, D. N. Revolução Cubana. *Brasil Escola*, [s.d.]. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiag/revolucao-cubana.htm>. Acesso em: 14 jun. 2021.

SODRÉ, N. W. *A história militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. 439 p.

WEBER, M. *Economia e sociedade*. 5. ed. Brasília: Editora UnB, 1991.

WIATR, J. J. Military professionalism and transformations of class structure in Poland. *The Polish Sociological Bulletin*, n. 16, pp. 81-88, 1967.

ANEXO A

MEMORIAL DOS CORONÉIS⁴¹

Memorial dos coronéis (15 fev. 1954)

A S. Exa. o Sr. General Ministro da Guerra.

Aos Exmos Srs. Generais Chefe do EME, Chefes do DTP e do DGA, Comandantes de Zonas Militares.

Oficiais superiores que se julgam credenciados por todo o seu passado militar sentem-se no iniludível dever moral, por lealdade aos Chefes e consciência de suas próprias responsabilidades perante os subordinados, de submeter à consideração do Alto Comando a presente exposição dos graves problemas com que se defronta o Exército, nesta hora de sérias apreensões.

O descontentamento e as inquietações que lavram entre os quadros permanentes e semipermanentes, sobretudo nos postos menos elevados, estão a criar perigoso ambiente de intranqüilidade, agravado pelo enfraquecimento da confiança nos Chefes, que já se esboça e amplia. Os desestímulos e o conseqüente arrefecimento do entusiasmo pelos deveres profissionais ameaçam de estagnação duradoura a máquina militar entorpecida em sua eficiência pela deterioração das condições materiais e morais indispensáveis a seu pleno funcionamento. Prenuncia-se indisfarçável crise de autoridade, capaz de solapar a coesão da classe militar, deixando-a inerte às manobras divisionistas dos eternos portadores da desordem e usufrutuários da intranqüilidade pública. E, com o comunismo solerte sempre à esquerda, serão os próprios quadros institucionais da Nação ameaçados, talvez, de subversão violenta.

⁴¹ Cf. PINTO, 2011.

Urge, pois, se promova decidida campanha de recuperação e saneamento no seio das classes armadas. E é para apoiar tal campanha - cujos fins imediatos visarão, por certo, a revigorar o respeito ao princípio de autoridade e aos sadios postulados da disciplina - que reafirmamos aos altos Chefes responsáveis o nosso firme propósito de secundá-los por todos os meios a nosso alcance, na restauração dos elevados padrões de eficiência, de moralidade, de ardor profissional e dedicação patriótica que, em todos os tempos, asseguraram ao Exército respeito e prestígio na comunidade nacional.

Estamos certos de que, para garantir de início o clima espiritual indispensável à realização de um amplo e fecundo programa, bastará, como medidas efetivas e imediatas, seja dado público testemunho cabal e positivo, da firme decisão de solucionar os sérios problemas - causas profundas e reais da crise que já se delineia e seria erro ou imprevidência não querer enxergar.

É bem verdade que, dentre esses problemas todos - do ponto de vista da segurança nacional -, um dos mais sérios é o do aparelhamento real do Exército para o cumprimento, a qualquer instante, das indeclináveis missões que lhe cabem. Generaliza-se - triste é confessá-lo - o sentimento de que temos mesmo involuído quanto à preparação dos quadros e da tropa, assistência aos conscritos, manutenção e renovação do equipamento militar. E tal sentimento, aliado à consciência do quanto já pesam as instituições armadas no orçamento minguado de uma Nação ainda pobre, tem servido para motivar o mais sério desalento, ainda mais ressentido ante o surpreendente dos vultosos fundos atribuídos largamente a outras Forças Armadas, fora de qualquer planejamento equilibrado e de conjunto.

A inadequação e precariedade das instalações em todo o território nacional, quartéis insuficientes, velhos ou de empréstimo, ausência de depósito até mesmo com risco de segurança de vidas, deficiência e desaparecimento dos hospitais, o pouco que ainda temos - se excetuadas luxuosas construções do Serviço de Intendência - condenando à ruína pela exigüidade dos

recursos atribuídos à sua conservação; fardamento das praças comprovadamente inadequado, equipamento bélico em grande parte obsoleto, material motomecanizado a deteriorar-se por falta de meios indispensáveis à sua manutenção racional, inexistência de material de comunicação até mesmo nas unidades especializadas; a tropa mal assistida e pior enquadrada, devido à crônica escassez de quadros subalternos e de monitores, e com sua instrução prejudicada por dificuldades de toda a ordem, inclusive a já quase irremediável carência de terrenos apropriados aos exercícios de campanha: agravando, dia a dia, o problema do recrutamento de graduados e especialistas; relegado a plano secundário o aperfeiçoamento profissional dos quadros; estimulado o êxodo de oficiais para fora das unidades de tropa e sobrecarregadas a cadeia de comando e a administração por uma plethora de órgãos de atribuições mal delimitadas, tais os sintomas e índices mais alarmantes do grau de despreparo a que atualmente chegamos. É bem verdade que para tanto concorreu uma lamentável conjuntura de circunstâncias fazendo com que, ao acelerar-se, embora desordenadamente, o ritmo de desenvolvimento do País, acarretando profundas transformações na ordem social e econômica ao impacto da dinâmica convivência mundial, menos pudesse o Exército, à míngua de recursos e consciente das dificuldades financeiras que vêm atormentando a Nação, aparelhar-se à altura de suas novas mais amplas e mais complexas responsabilidades. E nos deixamos ficar retardatários em meio ao processo do País.

Vasto e demorado só poderá ser, porém, um programa de empreendimentos que vise a recuperação do tempo perdido alçando o Exército ao nível de eficiência e preparação que dele estão a exigir os altos imperativos da segurança nacional. Ora, para tanto, o que mais importa no momento é restabelecer a coesão do conjunto, reforçar os laços de disciplina e de confiança mútua, dar remédio justo aos anseios bem-motivados, às preocupações bem fundamentadas, ao descontentamento bem justificado, robustecendo a classe contra tendências desagregadoras de qualquer natureza. E tanto mais urge fazê-lo quanto a ameaça sempre

presente da infiltração de perniciosa ideologia antidemocrática ou de espírito de partidarismo político, semeador de intranqüilidade e conflitos, cada vez avulta na hora presente, estimulada ao calor das paixões e das ambições sempre exacerbadas em períodos pré-eleitorais.

Sem dúvida, o que mais está a alastrar o desânimo e o descontentamento entre os jovens oficiais não é a falta de perspectivas mais amplas de carreira que leis e mais leis de numerosas reestruturações nunca poderão assegurar, senão apoiadas em rigoroso e justo processo de rejuvenescimento dos quadros que tanto tarda entre nós: mas sobretudo, a chocante e injustificável disparidade de acesso entre as diversas Armas e Serviços que dia a dia se agrava, com as mais danosas repercussões para a coesão moral do corpo de oficiais, sem que providências efetivas sejam tomadas para eliminá-la ou reduzi-la a limites toleráveis. Daí a descrença pronunciadora de graves tensões que vai assaltando o espírito da oficialidade jovem, não mais convicta de encontrar em seus chefes, mesmo naqueles que mais perto podem sentir-lhe o problema, os defensores serenos mais intransigentes de suas justas aspirações.

E, por outro lado, é a inflação desmesurada dos altos postos que está a traduzir-se em perigoso desprestígio da autoridade - o excesso dos quadros superiores numa estrutura que, por modesta, não lhes pode oferecer, a todos, funções compatíveis com a sua hierarquia, acarretando perda de eficiência do conjunto, propiciando o ócio remunerado e oferecendo, assim, lamentável exemplo aos olhos de todos os subordinados. Ressente-se com isso a solidez de toda a estrutura militar, afetada simultaneamente no princípio da autoridade e nos laços de confiança que fundamentam a disciplina consciente, como se não bastasse ainda o espetáculo pouco salutar das carreiras vertiginosamente feitas na reserva a coberto de leis em extremo generosas que multiplicam e barateiam os postos máximos da hierarquia, com desprezo até das mais elementares restrições vigentes para o acesso na atividade.

Infelizmente não são apenas essas as causas principais da intranqüilidade e descontentamento que se vão difundindo por todo o Exército.

A emigração de militares para cargos civis sempre mais bem remunerados, onde, dissociados dos interesses profissionais e dos problemas de sua classe, nem sempre se podem conservar imunes às intrigas de política partidária e ficar inteiramente a salvo da onda de corrupção administrativa, que acende escândalos nas manchetes dos jornais - de tudo isso advindo incalculáveis prejuízos ao prestígio das Forças Armadas - cada vez mais inquieta os que preferem se dedicar inteiramente aos afazeres profissionais, principalmente porque aquelas funções consideradas com grande liberdade como detentores e correr às promoções e comissões diversas como se permanecessem no serviço das armas, aproveitando-se ademais muitos deles de tão singular situação para auferirem vantagens, ora de ordem militar, ora de caráter político.

O clima de negociatas, desfalques e malversação de verbas que infelizmente vem nos últimos tempos envolvendo o País e até mesmo o Exército, está, por outro lado, a exigir se oponham sólidas barreiras que lhe detenham o transbordamento dentro das classes armadas cujo padrão de honestidade e decoro administrativo, acima das mais leves suspeitas ou críticas, só se poderá manter se além de rigorosas normas de administração e controle, vigorar alerta um espírito coletivo de decidida contenção e repulsa contra qualquer desmandos ou falências morais, sobretudo na gestão dos dinheiros públicos.

A falta de aparelhamento eficiente dos órgãos de assistência social, reconhecidamente incapazes de atender as necessidades dos militares e suas famílias, provendo com presteza reais facilidades e nas condições vantajosas que deles seria justo esperar, vem acrescentando as dificuldades de vida com que lutam, principalmente, os oficiais subalternos subtenentes e sargentos, distraídos de suas tarefas e perturbados no cumprimento de seus deveres profissionais pelas múltiplas preocupações que decorrem da obrigação moral de assistir a seus familiares na satisfação das mais elementares necessidades de subsistência. E, não fora tão grave e premente esse problema, se não assistíssemos à compreensão cada dia maior do padrão de vencimentos militares ante a espiral inflacionária dos preços, e se, ademais, não

perdurasse, flagrante e acabrunhadora, eterna disparidade em relação ao pessoal das outras Forças Armadas que têm asseguradas, onde quer que seja, condições de vida muitíssimo superiores.

Sabido é que em todas as guarnições, embora em escala variável, lutam os militares de terra com dificuldades cada vez maiores para a manutenção de um padrão de vida compatível com sua posição social. Ante as reconhecidas aberturas do erário, importaria isso nada mais do que num sacrifício maior a que, de espírito alevantado, se sujeitariam todos, não estivessem agora outros problemas de muito maior profundidade, tais como os apontados anteriormente a disseminar perniciosa onda de ceticismo utilitarista e a corroer a crença nos altos valores morais que são, de fato, o sustentáculo das instituições armadas.

Perigosas só poderão ser hoje, nos meios militares, as repercussões que já se pressentem e anunciam de leis ou decisões governamentais que, beneficiando certas classes ou grupos, acarretarão pronunciado aumento do custo já insuportável de todas as utilidades. A fixação de altos padrões de vencimentos para os funcionários diplomados em cursos superiores - vencimentos que se duplicarão ao cabo de alguns quinquênios - caso não promova injustificável disparidade entre militares e civis, só poderá, através de emendas apressadas introduzidas nas Casas do Congresso, sem maior exame de todas as suas conseqüências, redundar em outra série de males e desníveis dentro da própria classe militar. E a elevação do salário-mínimo que, nos grandes centros do País, quase atingirá o dos vencimentos máximos de um graduado, resultará, por certo, se não corrigida de alguma forma em aberrante subversão de todos os valores profissionais, destacando qualquer possibilidade de recrutamento para o Exército de seus quadros inferiores.

Ante a gravidade da situação que se está a criar para breve, impõe-se alerta corajoso, pois não se poderá prever que grau de dissociação serão capazes de gerar, no organismo militar, as causas múltiplas de tensões que, dia a dia, se acumulam.

E é preocupados e justamente alarmados ante perspectivas tão sombrias, que nos animamos a trazer aos altos Chefes responsáveis, leal e francamente, esta exposição, a nosso ver, fidedigna do ambiente em que, na hora presente, se debate o Exército, cujos quadros só devem aspirar vê-lo reintegrado na antiga tradição da austeridade, de eficiência, coesão e consciência profissional que dele sempre fizeram o baluarte e o guardião da nacionalidade brasileira.

Rio de Janeiro, fevereiro de 1954.

Este documento, pelo que a imprensa noticiou na época, foi assinado pelos seguintes oficiais do Exército:

Coronéis: Antônio Henrique de Almeida Moraes; Dario Coelho; Orlando Ramagem; Syseno Sarmiento; Alfredo Souto Malan; Antônio Mendonça Molina; Jurandir Bizarria Mamede; Amaury Kruehl; Landry Sales Gonçalves; Almério de Castro Neves; Olímpio de Sá Tavares; Adhemar de Queiroz; Silvino Castro da Nóbrega; Paulo Eneas Ferreira da Silva; Luiz Carneiro de Castro e Silva; Antônio Negreiros de Andrade Pinto; Félix Toja Martinez; Annibal de Andrade; Aristóteles Munhoz Moreira; Ramiro Gorreta Júnior; Milton Pio Borges da Cunha; Antônio Moreira Coimbra; Anthero de Matos Filho; João Franco Pontes; João Punaro Bley; Adalberto Pereira dos Santos; João Armino Correia da Costa; Aristóbulo Codevilla Rocha; Elísio Carlos Dale Coutinho; Paulo Leite de Rezende; Mirabeau Pontes; Luís Tavares da Cunha Mello; Edson Pires Condeixa; Pedro Eugênio Pires; Mário Ferreira Barbosa Pinto; Humberto Moraes Barbosa de Amorim; Joaquim José Gomes da Silva Júnior; José Luiz Bettamio Guimarães; Antônio Carlos da Silva Muricy; Alberto Ribeiro Paz; Alfredo Américo da Silva.

Tenentes-Coronéis: José Alexínio Bittencourt; Paulo Braga de Souza; Virgínio da Gama Lobo; Luís Gomes do Nascimento; Ayrton Salgueiro de Freitas; Antônio Jorge Correia; Walter de Meneses Pais; Newton Castelo Branco Tavares; Décio Gorrensens de Oliveira; Raul Pires de Castro; Araken de Oliveira; Moacyr Nery Costa; Antônio Luiz de Barros Nunes; Golbery do Couto e Silva; Nilton Fontoura de Oliveira Reis; Ramiro Tavares Gonçalves; Aécio Rebouças; Sílvio Coelho da Frota; Antônio Marques de Amorim; Clóvis Bandeira Brasil; Aduino Esmeraldo; Antônio da Costa Lins; Otávio de Oliveira Braga; Hélio Barbosa Brandão; Agostinho Teixeira Cortes; Fritz de Azevedo Manso; Ednardo d'Ávila Melo; Euler Bentes Monteiro; Mozart de Andrade Sousa; Oldemar Ferreira da Silva; Napoleão Nobre; Maelmo de Faria Mascarenhas e Lemos; Alcyr Palmeiro; Demóstenes Américo da Silva; Lauro Moitinho dos Reis; Ovídio Saraiva de Carvalho Neiva; Henrique Fernando Vieira; Geraldo de Menezes Cortes; Lucídio de Arruda.

ANEXO B

MANIFESTO DOS GENERAIS⁴²

Considerando que o inquérito policial militar em andamento na base aérea do Galeão, já apurou indiscutivelmente, que foi a guarda pessoal do presidente da República, sob a chefia de Gregório Fortunato, homem de sua absoluta confiança, que planejou e preparou, dentro do palácio presidencial, ou fez executar, o atentado em que foi assassinado o major-aviador Rubens Fiorentino Vaz;

Considerando que depois de haver o Presidente da República assegurado à Nação que o crime seria apurado e os culpados entregues à justiça, elementos de sua imediata confiança, ainda dentro do palácio presidencial, alertaram os criminosos e lhes forneceram os meios necessários à fuga, inclusive vultosa quantia em dinheiro;

Considerando que é, assim, duvidoso que se possa chegar à punição de todos os culpados;

Considerando que as diligências do inquérito trouxeram à luz farta documentação em que se demonstra a corrupção criminosa nos círculos mais chegados ao presidente da República;

Considerando que tais fatos comprometem a autoridade moral indispensável ao presidente da República para o exercício de seu mandato;

Considerando, enfim, que a perduração da atual crise político-militar está trazendo ao País irreparáveis prejuízos em sua situação econômica e poderá culminar em graves comoções internas, em face da intranquilidade geral, repulsa e indignação de que se acham possuídas todas as classes sociais do País, os abaixo-assinados, oficiais-generais do Exército,

⁴² Cf. PINTO, 2011.

conscientes de seus deveres e responsabilidades perante a Nação, honrando compromissos públicos e livremente assumidos, e solidarizando-se com o pensamento dos camaradas da Aeronáutica e da Marinha, declaram julgar, em consciência, como melhor caminho para tranquilizar o povo e manter unidas as Forças Armadas, a renúncia do atual presidente da República, processando-se sua substituição de acordo com os preceitos constitucionais.

Rio, 22 de agosto de 1954.

Assinam:

General Álvaro Fiúza de Castro; general Canrobert Pereira da Costa; general Nicanor Guimarães de Souza; general Juarez Távora; general Alcides Etchegoyen; general - Brigadeiro Emílio Ribas Junior; general Edgard do Amaral; general Altair de Queiroz; general J. Machado; general Peri Constant Bevilacqua; general Humberto Castelo Branco; general Paulo Krueger da Cunha; General Ignácio José Veríssimo; general Barros Falcão; general João Bastista Tangel; general Nilo Horácio de Oliveira Sucupira; general Antonio Coelho dos Reis; general Delso Fonseca e general Henrique Lott.